



FÓRUM DO AGRONEGÓCIO 2019

**Potencializar o Agro: da infraestrutura
à agregação de valor. Soluções?**



Data: 08 de abril de 2019, segunda-feira

Horário: das 13 às 19 horas

Recinto: Horácio Sabino Coimbra – ExpoLondrina 2019

Público: Cerca de 500 pessoas de diferentes segmentos do agronegócio - entre alunos de graduação e pós, agricultores, pecuaristas, produtores rurais, jornalistas, relações públicas, formadores de opinião, lideranças e representantes do terceiro setor, cooperativas, de indústrias de insumos, máquinas e tecnologias voltadas para o meio rural, entidades de classe, instituições de ensino e outras – estiveram presentes.

Organização e coordenação: Diretores SRP Luiz Roberto Ferrari, Ricardo Resende , Marketing SRP Mariana Zorzato Samartano

Realização: Sociedade Rural do Paraná

Relatoria: Telma Elorza e Guto Rocha

Assessoria de imprensa: Telma Elorza

CERIMÔNIA DE ABERTURA DO FÓRUM DO AGRONEGÓCIO 2019

ANTÔNIO DE OLIVEIRA SAMPAIO | PRESIDENTE SRP

Durante o discurso de abertura do 3º Fórum do Agronegócio, o presidente da Sociedade Rural do Paraná (SRP), Antônio de Oliveira Sampaio, destaca que a grande quantidade de participantes permitiu constatar o grande sucesso do evento. Para ele, isso confirma a sua crença no fato de que as pessoas ainda preferem a discussão presencial, que permite o debate com interlocutores, que nesse caso são profissionais que estudam, lideram e lidam com os temas em pauta no Fórum. Sampaio observa que a lista desses temas é antiga e extensa, e diz ter certeza que, assim como estiveram na mesa dos ex-ministros da Agricultura Alysson Paolinelli e Reinhold Stephanes, também estarão presentes na mesa da ministra da Agricultura Tereza Cristina. O presidente da SRP ressalta ainda que no dia da abertura da ExpoLondrina 2019, o deputado federal Pedro Lupion, relata que, quando os integrantes da Frente Parlamentar do Agronegócio sentaram-se para listar os problemas do setor, esses ocuparam mais de duas páginas. “Para que voltar a discutir esses velhos problemas? Novo governo, novas tecnologias, quem sabe agora não conseguiremos solucionar alguns deles?”, questiona. Sampaio diz ainda que as discussões



que se desenrolaram durante o Fórum certamente contribuirão para solucionar alguns desses problemas.

“Não podemos deixar de dizer que a grande maioria das dificuldades encontradas no setor estão localizadas da porteira para fora, pois temos a certeza que da porteira para dentro o produtor fez a lição de casa”, afirma.

NORBERTO ORTIGARA, SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

O secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, começa sua fala saudando todo o time de diretores da Sociedade Rural do Paraná que, com habilidade, conhecimento e muito trabalho, constrói essa bela feira. Também sauda os ex-ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes e Alysson Paolinelli e demais autoridades no local e as lideranças das cooperativas, das indústrias, pesquisadores, profissionais da agricultura, agricultores.

Segundo ele, é preciso usar os conhecimentos da matemática para falar da agricultura. “É preciso somar conhecimento, somar informações, fazer o dever cada vez mais dentro da porteira. Acho que com isso nós evoluímos drasticamente o Brasil, o Paraná. Aos que são de fora, bem-vindos à melhor agricultura do Brasil, a mais diversificada. Todos somos bons, no



Brasil inteiro, mas se essa é nossa vocação, nós nós temos que ser ótimos.”

Ortigara também lembra que também é preciso usar as outras operações matemáticas. “Com certeza, subtrair uma fileira de coisas: ineficiências, custos, pedágios caros estrada do mesmo tamanho. O Porto [de Paranaguá] avançou bastante, mas pode avançar mais chegando perto de Xangai ou Rotterdam e outros importantes portos. Multiplicar conhecimentos, multiplicar oportunidades, multiplicar valores, processar, agregar sem medo de ser feliz e de botar a cara limpa no mundo. Dividir em informação, experiência, dividir choros e lamúrias de vez em quando”, explica.

Para ele, é necessário baixar juros, baixar custos, não tributar para não matar “aquilo que é essencial para nossa capacidade de gerar oportunidades no Brasil e no Paraná. Vamos verticalizar cada vez mais. Em nome do governador Ratinho Junior, entusiasta e defensor do Agro, por excelência, e entusiasta de fóruns com esse, que abrem a nossa cabeça e despertam para conhecer mais a fundo as nossas dificuldades, conhecer a fundo o nosso potencial para que sejamos cada vez melhores naquilo que é, por excelência, nosso meio de vida”, afirma.

E lembra que 2030/2050 está perto. “Eu quero estar lá presenciando a nossa capacidade pela inovação, pelo conhecimento, pela qualificação dentro da porteira, de ser ainda melhor do que hoje. Temos capacidade de gerar produtos, quero participar de esforço para colocar cada vez mais nossa produção à disposição dos nossos consumidores aqui e no mundo.”

Ele garante que vai participar do esforço para ser resolutivo para as coisas que subtraem os ganhos; no caso específico do Paraná, o modelo de concessão e manutenção de rodovias. “Temos pedágio mais caro do Brasil. 2021, felizmente, está muito próximo e há um entendimento importante junto à União Federal. A União não renovará a delegação de competência do pedágio; a gente quer obras e tarifa menor. Numa equação matemática possível, se a gente pensar e começaram uma Rodovia hoje quem sabe em 15 anos tenhamos anos ao algo mais eficiente, por exemplo: Oeste/ Porto, Norte/ Porto, integrando com as águas do rio Paraná, do Guaíra”, afirma.

Ele diz que não quer continuar pagando mais o dobro ou triplo que os nossos principais concorrentes no mundo- Argentina e Estados Unidos- para colocar o mesmo container de frango no porão de um navio. “Eu acho que são coisas que, se a gente pegar na unha com o entendimento político, com uma bancada federal competente, abusada, atirada e conhecedora, a gente faz esse país destravar aquilo que é a nossa vocação: potencializar o nosso agro.”

“Discussão ideológica, às vezes, dá para fazer, mas nós fazemos negócios, nos empregamos no campo mais de 870 mil pessoas no Paraná; não dá para brincar com isso. É claro que nós devemos continuar fazendo a nossa parte”, afirma. Para o secretário, em 2019 é inadmissível erosão, solo compactado, sinônimo de perda pura, inimaginável combater praga e doença como se fazia 50 anos atrás, só porque o vizinho tá aplicando.



“O que nos motiva profundamente e acertadamente é a Sociedade Rural do Paraná organizar esse terceiro fórum para a gente pensar como é que se vai para frente, como é que se destrava a porteira, como é que a gente agrega mais valor”, diz.

E reafirma: “Eu já disse na abertura da ExpoLondrina que não vejo como ser inteligente tributando exportação, por exemplo; é querer exportar imposto. Temos inflação sobre controle, a nossa custa, então para que aumentar juro no curto prazo? Eu seria muito mais abusado! Vamos buscar fortalecer pesquisa para gente conhecer outras culturas ou para gente reduzir riscos.”

Ortigara encerra lembrando que o governador Ratinho Júnior, que estará na feira trazendo seu apoio para aquilo que é essencial para o coração dos paranaenses, que é produzir coisas da terra, da roça, comida ou não comida. “Vamos ocupar nosso espaço devido. Forte abraço e fiquem com Deus”.

PALESTRA DE ABERTURA – POLÍTICAS AGRÍCOLAS

TERESA CRISTINA | MINISTRA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

A Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina abriu sua palestra avisando que trataria de um assunto amplo: política para agropecuária. Inicialmente, a ministra fala sobre o Ministério que está à frente e o seu papel no atual governo. Ela ressalta que o ministério incorporou novamente a Agricultura Familiar, a Pesca, o Incra e um pedaço da Funai, que é aquele que responde por demarcação de terras indígenas, além das licenças ambientais e o serviço florestal brasileiro. Ela destaca que sua pasta tem grandes desafios, e que a Secretaria de Política Agrícola, que é a responsável pela elaboração do Plano Safra, que ela diz ser neste momento a grande ansiedade do setor neste momento. “Mas na minha opinião o Plano Safra tem que acabar. Temos -que ter uma política para a agricultura, não podemos ficar todos os anos ansiosos para saber quanto teremos de dinheiro para o Plano Safra”, defendeu. Ela diz que o setor é muito importante e que a disponibilização de recursos tem que ser natural, que é preciso assegurar crédito compatível com a sua importância. Que é necessário, pelo menos, ter previsibilidade para um período de cinco anos, para que se possa investir, planejar e se programar, e assim adotar melhores tecnologias e garantir melhores produtividades. Segundo ela, a grande discussão no momento é em torno do Plano Safra,

que ela classifica como sendo pequeno no ano anterior. “Tão pequeno que o dinheiro acabou em novembro”, comenta. A ministra diz que quando foi indicada pelo presidente Bolsonaro, já durante a transição do governo, começou trabalhar junto ao Banco Central para ampliar o volume de recursos para que não ficasse uma lacuna e deixasse os produtores na incerteza. Ela afirma que conseguiu, logo nos primeiros dias do Governo, R\$ 6,5 bilhões extras para o setor, que foi colocado à disposição de pequenos e médios agricultores. “Mas o que vemos são os grandes produtores pagando juros de 9% a 11,5% que não cabem nas nossas contas de produtores rurais”, afirma. O segundo ponto abordado por ela foi a questão do quanto será disponibilizado para subvenção do crédito rural e também por um volume maior para o seguro agrícola. Segundo ela, no ano passado foram alocados R\$ 440 milhões para seguro rural, o que de acordo com a ministra foi pouco diante do tamanho da agricultura brasileira. “Tivemos problemas na safra do Paraná, no Mato Grosso do Sul, em parte de Goiás, com perdas significativas. Tivéssemos um seguro adequado não teríamos as incertezas que temos hoje”, afirma. A ministra fala ainda do papel da Secretaria de Relações Internacionais, que classifica com sendo uma das mais importantes do ministério. Ela afirma que o Brasil pode produzir mais do que produz atualmente e que o excedente da produção precisa de novos mercados. Segundo ela, a Europa apresenta crescimento pífio e os Estados Unidos são autossuficientes e competem com o Brasil. Que a África compra pouco, mas que não pode ser desprezada. E que a Ásia, além da China, tem muito



mercado a ser prospectado. Ela afirma que a China é um grande parceiro e continuará sendo. “Eu vou para China no próximo mês para dizer que somos parceiros confiáveis, que entregamos produtos de qualidade e na quantidade que eles precisam. Mas amigos, amigos, negócios a parte”, comenta. A ministra ressalta no entanto que o Brasil precisa “ser amigo de todos os que compram daqui”. Ela observa que depois da China, passará pelo Japão, Vietnã e Indonésia. “Que é um grande mercado e que precisamos trabalhar muito”, comenta. Ela também diz que o mercado árabe é um grande comprador de carnes do Brasil. “O mercado islâmico é importantíssimo para o Brasil. Se houve algum mal-estar estamos tentando contornar. Em breve teremos um jantar com 51 embaixadores de países árabes para reafirmar que somos grandes fornecedores e que queremos continuar a ser o grande parceiro que eles têm”, diz. Ela diz que os desafios são enormes, mas que o País não pode perder a grande oportunidade comercial que tem. “Vão dizer que os EUA e a China fizeram um grande acordo e que vão atrapalhar nossas relações comerciais. Mas não acho que seja assim. Talvez a gente perca um pouco do mercado de soja na China. Mas exportamos 80% de toda nossa soja para os chineses, não é saudável manter todos os ovos numa mesma cesta”, comenta. Por isso, ela defende que novos mercados sejam abertos. Ela observa que com a China o Brasil também mantém outros acordos bilaterais, e que quando houve grande exportação de frango brasileiro para lá, os chineses chamaram o Brasil para um acordo e o mercado seguiu normal. A ministra afirma ainda que o mercado chinês pode absorver toda carne bovina, de aves e suína do Brasil. “Eles têm graves problemas com a peste suína que

deixará uma grande lacuna para a produção brasileira”, observa. Segundo ela, esta é uma oportunidade para se agregar valor à produção de grãos local, que seria utilizada para engordar animais aqui e vender para China a carne processada. A ministra fez relatos sobre a missão que esteve recentemente nos Estados Unidos, que teve como missão acabar com a suspensão imposta aos frigoríficos do Brasil, que exportavam carne bovina para aquele país. “É muito difícil, temos que estar cada vez mais profissionalizados, temos que cumprir protocolos de exportações de cada país. Fui muito dura a conversa com o secretário de Agricultura dos EUA, por que infelizmente ficamos com uma mancha na nossa credibilidade”, afirma.

Ela diz que uma nova missão dos EUA virá ao Brasil para inspecionar o setor, e que, ao mesmo tempo que se cria expectativas também a preocupa muito. “Eles virão com rigor, para procurar pelo em ovo”, ilustra, acrescentando que diante disso, o setor precisa estar muito bem preparado para que não deixe nenhuma dúvida quanto à credibilidade na indústria e também no Ministério da Agricultura. “Não podemos ter falhas, para podermos recuperar esse mercado. É um grande mercado? Não, mas ele nos dá uma grife para conquistarmos novos mercados”, avalia. Segundo ela, um desses novos mercados para a carne bovina seria o Japão, com o qual, observa, já estão em negociações adiantadas. E o Japão, segundo ela, também é um importante mercado no que diz respeito a abertura de novos mercados, pois eles compram apenas carne de países sem vacinação contra aftosa. O México também é outro país com o qual o Brasil está em negociação revela a ministra. Nesse caso para



a exportação de arroz. “Mas vamos ter que nos preparar para receber algum produto de lá também. É uma via de mão dupla”, avisa. Ela salienta que diante desses relatos a Secretaria de Relações Internacionais é “importantíssima”, e que precisa ser cada vez mais atuante e proativa. “Precisamos ser cada vez mais eficiente, não podemos mais perder prazos por não preencher corretamente formulários. Temos que saber que os produtores e os exportadores são nossos clientes e que temos que fazer o melhor para que nossas exportações cheguem aos seus destinos e assim girarmos nossa economia”, comenta. A ministra também fala sobre a Secretaria de Defesa Animal, que segundo ela, talvez seja a maior e mais importante do ministério. “É ela quem certifica e garante a qualidade do que os senhores produzem, e cada vez mais a população quer saber a origem, a rastreabilidade do que consome”, comenta. Quanto à Agricultura Familiar, a ministra afirma que o setor precisa de tudo. “Fico muito triste ao ver o estado que as coisas chegaram nos governos passados. Não tem cadastros que batam. As políticas são interessantes, mas não chegam na ponta”, afirma. Segundo ela, existe uma confusão entre agricultura familiar e agricultura de subsistência. “Precisamos que o agricultor de subsistência passe a ser agricultor familiar, e que a agricultura familiar seja inserida no mercado”, diz. Mas o Brasil, assinala a ministra, está vivendo um momento de transição difícil e ao mesmo tempo uma grande oportunidade. Para ela, a sociedade não pode perder a oportunidade de fazer o Brasil dar certo. “Não é justo com nossos filhos, nem com nossos netos”, diz. Para ela, reformas urgentes precisam ser votadas, pois sem elas o Brasil não irá caminhar. “Acabei de voltar dos



Estados Unidos onde nos reunimos com muitos fundos interessados em investir no Brasil, e a pergunta comum em todos eles é sobre se vamos aprovar a reforma da previdência”, comenta. Sem essa reforma, ressalta, o Brasil terá muitas dificuldades. “E não tem muito o que inventar. Claro que precisamos de alguns ajustes, tem que ser justa, mas neste momento precisamos olhar a floresta e não a árvore”, diz.

Segundo a ministra, o País só irá atrair novos investidores se houver a reforma da previdência, que dará ao Brasil mais credibilidade no exterior. Outro tema que ela defendeu foi a necessidade de o Brasil fazer o pacto federativo. “Trazer recursos para os municípios e estados, uma reforma tributária, um conjunto de reformas que irá tirar o Brasil desse rito perverso que vivemos”, diz. Ela afirma que temos a oportunidade de fazer o Brasil dar certo, que temos um presidente da República que quer que o setor do agro dê certo e que irá ajudar em tudo para que isso aconteça. “Ele não hesita em saber, em perguntar, ouvir. Ele quer fazer e acertar. Temos uma oportunidade única de mudar. Temos um presidente aberto a isso, uma bancada parlamentar que veste nossa camisa e defende o setor”, afirma. Ela lembra que foi presidente da bancada do setor no Congresso em um período em que ser produtor era considerado ser criminoso. “Hoje o ambiente mudou, não podemos perder a chance. Os desafios são muitos e temos que arrumar muita coisa”, afirma. A ministra destaca ainda o fato de que o Ministério do Meio-Ambiente está absolutamente afinado com o Ministério da Agricultura. “é possível fazer todas as mudanças de uma vez? Não, pois temos um arcabouço de leis e burocracias que exigem um rito específico para serem alterado, mas



temos um governo que está afinado, temos também um ministro da Infraestrutura que conhece a agricultura. Então, as coisas estão acontecendo apesar de a Imprensa jogar contra nós. É natural que o governo caia nas primeiras pesquisas de avaliação, afinal as mudanças incomodam muita gente”, comenta. A ministra diz que o setor precisa apoiar o governo, e que, principalmente os deputados devem fazer com que as reformas sejam aprovadas o mais rápido possível, que o País tanto precisa. Ela finaliza observando que os produtores tiveram ministros da Agricultura mais preparados do que ela, mais eloquentes, mas que fica contente quando ouve de um ex-ministro, seu amigo Alysson Paolinelli, que ela é a mato-grossense mais mineira que ele conheceu, e que assim ela vai ganhando terreno e trabalhando cada vez mais pela agricultura brasileira.



PAINEL 1 - SOLUÇÕES E DESAFIOS PARA POTENCIALIZAR A EFICIÊNCIA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

MODERADORA: ANA AMÉLIA LEMOS | SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL

A ex-senadora Ana Amélia Lemos abriu o primeiro painel avisando que “O coração do produtor está batendo, hoje, esperando o que vai ser do tempo e do mercado”. Ela agradeceu o convite de partir do fórum como moderadora. “É um evento que já marcou, no calendário da produção agropecuária brasileira, um espaço notável pelo o que significa não só o Paraná, como muito bem destacou secretário Ortigaria [Norberto Ortigaria, secretário de agricultura do Paraná]. Aliás, o secretário afirmou que o Paraná é o melhor de todos os Estados. Eu sou gaúcha e, aqui presente está outro gaúcho, o Alceu [Alceu Moreira, deputado federal e presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio]. Eu acho que o Brasil todo é bom, porque o Rio Grande do Sul também se considera o melhor de todos os estados. O Paraná também foi formado por gaúchos que vieram para cá, por catarinenses que também vieram, por muitas pessoas que vieram para cá. Na minha opinião, esse nosso Brasil é grande por conta dos produtores e produtoras rurais”, diz.

Segundo ela, é interessante participar da mesa, de ser a moderadora do painel composto por especialistas que estão aqui. “Todos dispensam comentários por conta do protagonismo extraordinário. E eu me valho da palavra, várias vezes repetidas pelo secretário Ortigara, que utilizou a



palavra potencializar. Essa palavra está escrita no nosso debate ‘Soluções e Desafios para Potencializar a Eficiência do Agronegócio Brasileiro’, então, nós vamos ter a oportunidade de ouvir, por dez minutos, a opinião dos especialistas a respeito desse tema tão candente. Saber quais são as soluções para o que estamos buscando neste momento e quais são as funções daqui para a frente”

E lembra as palavras do presidente da SRP, “da porteira para dentro todo mundo está fazendo o dever de casa. Agora, faltam os governos municipal, estadual e federal, além dos órgãos competentes, fazerem também o seu trabalho, o seu dever de casa”.

REINHOLD STEPHANES | EX-MINISTRO E ATUAL SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO PÚBLICA

O secretário de Estado de Gestão Pública, Reinhold Stephanes começa sua fala lembrando que ele e Norberto Ortigara, secretário de Estado Agricultura e Abastecimento, participaram da elaboração do plano de governo do governador Ratinho Júnior. Segundo ele, o Paraná já detém uma boa infraestrutura e uma boa logística. “Então, nós estamos propondo um debate novo em termos de transporte, e o que está previsto pode ser feito a partir de 2021 quando o novo contrato vai ser feito em relação ao anel de pedágios do Paraná”.

Segundo Stephanes, os novos contratos do anel de pedágio das rodovias federais serão determinados pelo governo federal e os estudos já indicam que todo anel deverá ser duplicado em 4 ou 5 anos, no máximo, por contrato. “Deverão ser agregadas mais dez rodovias, cuja relação tenho comigo, mas não sei se valerá citar aqui...As que estão mais perto de Londrina são a PR 455, que será duplicada, e também a construção e duplicação do contorno norte de Londrina, além de outras 10 rodovias que entraram nesse plano. Ou seja, espera-se que isso servir bem as necessidades de transporte para daqui até 10, 15 ou 20 anos.”

Em relação à ferrovia, Stephanes diz que precisa de novo traçado entre Cascavel e Paranaguá, que ainda não está definido. “Está para ser definido nos próximos anos, talvez neste ou no próximo ano. Terá que ser elaborado um projeto básico e as licenças podem levar alguns anos para serem conseguidas junto aos órgãos competentes São, praticamente, necessárias 15 licenças para construção de uma ferrovia”, explica.

Segundo ele, o Porto de Paranaguá é um porto que vem se modernizando nos últimos anos, mas que evidentemente precisa de sempre mais inovações, assim como o Porto de Pontal (do Paraná) que também deverá ser implantado nesse período. “Enfim, são condições básicas e necessárias em termos de infraestrutura para escoamento da produção agrícola. Se discutem ainda outras questões em termos de fluxo de transporte das nossas safras; se parte disso sairá da Bacia do Prata ou sairá pelo Chile. Mas, enfim, enfim são discussões que ainda estão em andamento”, afirma.



Stephanes pediu permissão para falar sobre outros temas, principalmente sobre agricultura, assunto que diz ter grande entusiasmo. “ A primeira questão que gostaria de abordar é que um bom governo se faz com boas escolhas. E por que estou tá falando isso para vocês, que são produtores? Porque eu acho que as duas escolhas que interessam diretamente à agricultura foram muito bem-feitas. Não poderiam ter encontrado nomes melhores no Brasil. [É o caso de] Tereza Cristina para a agricultura, pelo seu conhecimento, ela sua dedicação, pela sua história de defesas pelo setor rural. Ela, efetivamente, sabe o que o setor Rural precisa, sabe colocar isso em suas pautas e sabe defender. Isso traz segurança para quem produz. Saber que tem um representante no Ministério da Agricultura que, efetivamente, tem condições de defender a agricultura. Então eu acho que isso, realmente, foi um grande ganho para setor em termos de visão para o futuro. Já que toda política agrícola tem uma série de decisões, que são constantemente tomadas em nível Federal, e quando se tem um poder muito forte da área econômica que não considera muito a agricultura dentro das decisões da área econômica, há uma pessoa capacitada e com condições de se colocar em igualdade nos debates das políticas que interessam ao setor agrícola”, diz.

A segunda ressalva que fez, em termos de escolha se dá ao nome do ministro do Meio Ambiente [Ricardo Salles]. “Eu acho que na história recente do Brasil foi à primeira vez que se escolhe alguém que tem o equilíbrio e domínio sobre o meio ambiente, e que sabe falar em sustentabilidade, sabe falar em desenvolvimento e que sabe, evidentemente, defender também o setor agrícola. Para quem sofreu



muito com esse debate sobre Código Florestal e tantas questões ambientais, nos últimos anos, sabe reconhecer um ministro do meio ambiente com domínio, equilíbrio, conhecimento e capacidade.”

Para ele, não basta ser ambientalista já que ambientalista todo mundo pode ser. “Os artistas de televisão todos são ambientalistas. O problema é entender sobre meio ambiente. E entender que agricultura brasileira é uma das mais sustentáveis do mundo. Somos um país altamente preservacionista; talvez sejamos o país mais preservacionista do mundo e que tem sofrido muito essa questão do meio ambiente. Então quando se tem um ministro do meio ambiente fazendo uma ‘dupla’ com a ministra da Agricultura, para mim é algo extremamente importante”, afirma.

Ele também testemunha, por dever de ofício, sobre a defesa do setor rural que a Ana Amélia Lemos [ex-senadora e atual secretária extraordinária de Relações Federativas e Internacionais do Rio Grande do Sul], faz há quase 40 anos. “Quando ministro, ela e eu tivemos muitas conversas juntos; demos tantas entrevistas juntos. Ela é sensacional. Então, é bom ter pessoas que defendem a agricultura desta forma”, diz.

“Quem olha para trás, 20/30/40 anos. É um negócio sensacional, gente. É maravilhoso [constatar] o crescimento do setor rural brasileiro. E não cresceu só em números, mas também cresceu em produtividade e eficiência; isso em qualquer período, a curva é ascendente. E tudo indica que essa curva, tanto em produção quanto em produtividade, vai continuar ascendente. Então, isso é extraordinário. E a capacidade de competição também tem, não obstante Ortigara falou disso, todo mundo conhece o custo fora da porteira. O Brasil continua competindo; ele



compete na área agrícola. Se o Brasil, como um todo, em 40 anos, teve duas décadas perdidas, a década de 80 e essa década que também foi perdida, no setor agrícola aconteceu o inverso: continuou crescendo. Isso é fantástico”, explica.

De acordo com ele, outro item que merece ser considerado é que o custo da produção agrícola, nos últimos 40 anos, caiu em 50%. Ou seja, a agricultura sempre puxou a inflação para baixo. “Toda eficiência da produtividade criada se transferiu praticamente para mesa do consumidor. Só que essa curva também está invertendo e isso é bom para quem olha para frente. Ou seja, para o mundo. E vai subir cada vez mais. O Brasil é um dos países que têm condições de responder a essa demanda”, afirma.

Para Stephanes, a demanda que se dará em um volume bastante elevado porque a população aumenta e, principalmente, porque a renda de alguns países vai aumentar bastante, principalmente em países em desenvolvimento, tipo a China e a Índia. “À medida em que nós vamos enxergando o preço crescente no futuro, em termos reais, o que não aconteceu exatamente no passado. Com certeza nós vamos dar a resposta e vai valer a pena produzir bastante. [Ele é avisado que seu tempo se esgotou]. Agradeço a oportunidade e um abraço a todos”.

MARCELO VIEIRA | PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA – SRB

O presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Marcelo Vieira, inicia sua apresentação destacando que o agronegócio brasileiro é atualmente o maior exportador líquido de alimentos do Planeta. “Se considerarmos nossas exportações menos nossas importações veremos que somos os maiores supridores de alimentos do mercado mundial”, afirma. Vieira diz ainda que o Brasil tem um grande potencial de expansão da área atualmente ocupada, com possibilidade de ganhos de produtividade, e que com melhores tecnologias e intensificação da pecuária, o País pode mais que dobrar a produção de alimentos nos próximos 20 anos. “Temos uma agropecuária cada vez mais eficiente, com jovens entrando na atividade trazendo novos modelos de gestão, novas tecnologias sendo adaptadas que nos trazem mais competitividade”, comenta. Mas por outro lado, o presidente da SRB elenca uma série de fatores que ainda tiram competitividade do agro. O primeiro fator apontado por Vieira é a imagem defasada que o mercado internacional têm em relação ao Brasil que dificulta o acesso a muitos mercados. O dirigente ainda aponta a questão do Custo Brasil que limita a competitividade, além do excesso de regulamentações e burocracia que agregam custos, legislação trabalhista que, segundo ele, é das mais complexas do mundo e incentiva reclamações. Outro fator limitante, de acordo com o painelistas, é a infraestrutura logística ineficiente que demanda investimentos para reduzir custos relacionados a essa questão. Outro desafio apontado por Vieira é a questão da segurança no campo. “Esse é um dos principais



problemas do agronegócio hoje”, salienta. Diante desses problemas apontados, Vieira diz que o setor tem prioridades. A primeira, segundo ele, é a reforma da previdência, que na sua opinião não avançando, nenhuma outra irá avançar. Em seguida, ele defendeu que se trabalhe toda pauta que garanta isenções fiscais nas exportações, ou por meio da manutenção da Lei Kandir ou por um modelo mais evoluído. Também defendeu a reforma tributária, a resolução dos problemas dos licenciamentos ambientais, avançar nas questões do registro de defensivos agrícolas, trabalhar na regulação do Código Ambiental e nos programas de pagamento de serviços ambientais. “Isso pode viabilizar a preservação de grandes áreas, inclusive de produtores rurais”, comenta. Também defendeu que se avance na questão do Crédito de Carbono e na questão dos investimentos internacionais no agronegócio. “É preciso resolver a questão de estrangeiros comprando terras aqui, que não é o que queremos, mas sim atrair investidores para o agronegócio, trazendo recursos mais competitivos”, diz. Ele afirma que toda essa pauta tem que ser a grande prioridade do setor, em apoio ao Congresso, aos governos e à ministra da Agricultura. “Temos que apoiá-la, foi ela está focada nesses temas. Aí poderemos ter um agronegócio mais competitivo, viável e com potencial de crescimento para trazer mais desenvolvimento econômico e social para o Brasil”, finaliza.

DEPUTADO ALCEU MOREIRA | PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGRICULTURA (FPA)

Para o presidente da Frente Parlamentar de Agricultura (FPA), deputado Alceu Moreira, a primeira pergunta que se deve fazer é “o que podemos fazer juntos”. Segundo ele, é preciso aprender a trabalhar convergências. “Nós passamos 20 anos trabalhando a divergência, o conflito fictício porque politicamente interessava para a convulsão retórica. Tinha que botar um contra o outro. O pequeno contra o grande, o pobre contra o rico, o negro contra o branco, ou o índio contra o branco. O ambientalista contra os outros, certo?”

Segundo ele, o Agro passou esse período só jogando na defesa, sofrendo as maiores injustiças possíveis e achar “satisfatório quando conseguíamos nos defender adequadamente”. “A vitória Bolsonaro. Além da vitória em si mesma, era talvez o grande trunfo para esse processo, o que ela nos legou: um novo ambiente. E é esse ambiente que nós temos que aproveitar com muita eficiência para desfrutar dele na construção de políticas públicas que tire definitivamente as amarras do agro brasileiro”, afirma.

O deputado aponta que os parlamentares precisam ter o compromisso com a entrega de resultados. “O parlamento não é um tambor para se fazer barulho sem sentido algum. É preciso entregar resultados. Construir estas pautas, que há pouco ouvi o Marcelo falando. Aliás, as pautas



parecem bula de remédio, qualquer um que fala faz um rosário sobre toda a pauta”, diz.

De acordo com o deputado, não há uma agenda organizada, do passo a passo da solução de cada pauta. “Ficamos o tempo inteiro fazendo a voz do "Sofrenildo" porque nós... temos problemas, eu sei! Mas, agora, temos que ir para a solução de um ambiente favorável a nós. Temos sorte ter, no mesmo período, a Tereza Cristina e Humberto Sales, instrumentos políticos da melhor qualidade”, diz.

E aponta que o melhor caminho é trabalhar políticas complementares para o Agro e Meio Ambiente, para que os dois caminhem juntos. “É possível porque, se um agricultor não respeita o ambiente, não é agricultor; se ambientalista não respeita o agricultor não é ambientalista, é “ambientaloide”, um doente mental”.

Segundo Moreira, o Mercosul é outra pauta que deve ser trabalhado. “Mercosul ou é mercado geral comum ou fecha. Ou é como o Mercado Comum Europeu, ou então fecha. Para ter um mercadinho do tamanho que nós temos, e sofrer o que estamos sofrendo de injustiça, não vale a pena. O Tratado do Mercosul foi escrito há 30 anos e não nos interessa; nós queremos reconstruir, queremos fazer um outro tratado que nos dê Justiça.”

Segundo ele, como pode alguém produzir arroz com 40% de custo menor do que nós ou então comprar um trator pela metade do que nós pagamos do outro lado. “Com poderemos comprar o mesmo trator, uma coisa ali que custa R\$ 37 mil e vamos pagar R\$430mil aqui, não tem lógica”, afirma.

A FPA também deve discutir, segundo ele, pautas de longo prazo e pautas episódicas. “Uma episódica: o frete. Já está pronta a tabela feita pela Unicamp. Logo teremos todos os critérios para calcular os mais diferentes fretes. O estudo vai apontar como cobrar fretes de curta, longa distância com estrada ruim, com estrada boa, com pedágio, sem pedágio. Vai abranger todos os setores, tem modelo para calcular o frete. É hora também de conversar com o Ministro [Luiz] Fux [ministro do Supremo Tribunal Federal] e ter uma decisão em relação ao frete. A atual tabela de fretes não serve nem ao caminhoneiro e nem ao produtor. A solução está posta, já temos um instrumento para acabar com a questão do frete”, afirma.

Outro ponto destacado pelo parlamentar é a burocracia. Segundo ele, o Brasil gasta em torno de R\$ 38 a R\$ 40 bilhões em papéis desnecessários.. “Hoje, uma maquininha aqui, com o telefone, nem no banco precisamos ir mais. Mas quando nós precisamos ir a um órgão público, é preciso ir com um balaios cheio de papel porque lá tem um cara engravatado, com uma carteira e um casaco, e ele quer botar um carimbo em cima para manter o emprego dele. Nós temos que acabar com esse processo.”

A terceira questão apontada pelo deputado é sobre juros. “Não se preocupe que nós estamos falando em construir em paz um processo que seja bom para todos. Mas até quando nós vamos aceitar que qualquer um possa tirar uma lasca do saco de soja ou de milho e o que sobrar é do produtor? O custo dos insumos e dos juros é... olhando para cara do produtor, pergunta ‘quanto esse cara pode me pagar? Ah, eu acho que ele pode me pagar tanto... então, se sobrar sobrou’. Não dá para ser assim,



pessoal. Com a inflação de 3,5% ao ano e o juro médio chegando no produtor entre 12, 15, 16%... tem alguma coisa errada no processo. Nós vamos ter que discutir isso. 'Ah, mas tem tributo, ah a tem isso, falta o seguro...' mas sócio oculto não podemos ter. É muita mão no bolso do produtor sem plantar e sem colher", diz.

De acordo com ele, produtores de arroz do Rio Grande do Sul estão quebrando com silo cheio. "Ele produz o melhor arroz possível e, mesmo assim, quebra porque o custo de produção é muito mais elevado que o saco de arroz que ele produz. Não pode ter coisa mais criminosa do que isso. Tem que pagar 2% pro cidadão fazer um projetinho de agronomia sem assistência técnica, mais 0,5% pro banco analisar se dá para plantar milho, bater na mesma tecla todos os anos. Para quê que diabos de sócio como esse? Esses 2,5% tem que ir para o bolso do produtor. Sócio oculto, não!", afirma.

Segundo ele, a maioria das pessoas não dá bola para uma palavra complicada: transversalidade. "O que que é isso? Transversalidade é o seguinte: quando tu quer fazer uma política pública para um setor da sociedade, tem que ver quais são os órgãos de governo necessários para construir a política pública com ferramentas para solução. E o Estado que se dirija às pessoas com as ferramentas e não o cidadão correndo atrás de audiência para pedir licença e bater continência para quem ele, com esforço e suor, pagou o salário. É hora do Estado olhar para as pessoas, servir como facilitador e indutor do desenvolvimento e não um empecilho dele", finaliza.

LETÍCIA CATELANI | DIRETORA DE NEGÓCIOS DA APEX

A diretora de Negócios da APEX, Letícia Catelani, começa sua fala cumprimentando os produtores rurais presentes ao fórum, afirmando que eles foram a força motriz que fez o Brasil começar a sair da recessão. “Vocês são responsáveis por isso. O Brasil depende totalmente de vocês: 43% das exportações brasileiras são provenientes do agronegócio. Sem a força e a representatividade do agro não estaríamos onde estamos hoje; e temos muito ainda a oferecer. Temos muito ainda que crescer; oferecer alimentos de qualidade para o Brasil e para mundo. Por isso eu gostaria de agradecer a todos vocês que estão aqui presentes; o trabalho de vocês é imprescindível”, observa.

Ela fala sobre o trabalho da APEX e das oportunidades e mercado externos para os produtos brasileiros. E da importância de atrair investimentos estrangeiros para o Brasil. “Os últimos governos não focaram nisso, não quiseram trazer investimento para cá. O agricultor foi muito prejudicado, inclusive foi criminalizado, xingados de desmatadores, e até pelo uso de defensivos agrícolas”, afirma.

Pelos dados apresentados por ela, a Apex, que atua com a promoção de exportações brasileiras, empregou [R\$] 75 milhões, no último ano, para divulgar os produtos brasileiros, em cooperação com entidades setoriais. Através de convênios foram exportados R\$ 123 milhões de produtos. E, de acordo com ela, participou de várias feiras internacionais nos Estados Unidos, México, África do Sul, Japão, Rússia, Alemanha, entre outros



países. “Iremos à China agora em maio, e poderemos contar com a presença da ministra Tereza Cristina [Agricultura]”, diz.

De acordo com suas informações, a Apex está tendo bastante receptividade com a abertura do mercado de proteína animal, principalmente na Malásia e no Cazaquistão. “Temos a expectativa de exportação de mais 700 mil cabeças de gado, o que deve render mais de meio bilhão em faturamento para produtor rural”. Além disso, ela anuncia a abertura do mercado de Singapura para animais vivos. “A ministra Tereza Cristina está trabalhando ativamente nisso.” Para ela, esses mercados são também uma porta de entrada também para carne processada e para outros derivados. “Temos concorrentes muito fortes, como, por exemplo, a Austrália que atua fortemente em todo o mercado mundial e o Brasil enfrenta dificuldade muito grande. Mas com esse governo, que olha com muito carinho para o produtor rural, eu tenho certeza que nós vamos conseguir um progresso muito grande e as nossas exportações vão crescer muito”, garante.

Ela aproveita para esclarecer que, apesar do Governo Bolsonaro estar se aproximando do Governo dos Estados Unidos e ter feito visita a Israel, garante que não haverá retaliação comercial {por parte} dos países árabes. “Gostaria também de anunciar que, neste primeiro trimestre, nós tivemos exportação recorde de proteína animal para os países árabes. Foi a maior exportação da história do Brasil”, comemora.

Ela diz que, mesmo com uma possível transferência da embaixada do Brasil para Israel, que já vinha sendo falado desde a campanha eleitoral, as exportações continuaram mesmo assim. “Porque não existe nenhum

país no mundo com a capacidade de exportação com o volume de exportação do Brasil”, diz. Segundo a diretora, mesmo que consigam encontrar país para substituir, “não vai ter a mesma qualidade, não vai ter o mesmo preço, eles não têm como suprir mesmo que quisessem... Mas os Árabes são muito pragmáticos: eles querem comprar baratos porque eles querem fornecer produto de qualidade à população. Os árabes precisam dessa segurança alimentar que só o Brasil hoje pode oferecer”, explica.

Ela também explica que o país não vai deixar de comercializar com a China, que representa hoje 48% das exportações do Agro. “Eu sou empresária e vocês, que também são, sabem como é perigoso é difícil e perigoso a gente só manter um ou dois compradores. E se um desses compradores reduzir a oferta ou quebrar, isso nos prejudica também. Por isso não podemos nos manter reféns de apenas um mercado. Temos não só que manter, mas também ampliar esse comércio com a China e expandir para outros mercados”, observa.

Letícia Catelani diz que, em 2001, a Europa representava 41% das nossas exportações e que, hoje, ela representa 18%; os Estados Unidos, de 19% caíram para 8%; já a China e Hong Kong, de 4% foram para 30%. “Então, a gente tem que tentar exportar mais para os Estados Unidos e mais para a Europa e, assim, equilibrar nossa balança comercial. E esse é o mote do governo Bolsonaro e o mote também do Ministério da Relações Exteriores focar em outros mercados, diminuindo, assim, as dependências”, diz.

Ela lembra dos problemas sanitários pelos quais a China passa, com peste suína que dizimou rebanhos gigantescos. “Isso abre o mercado de carnes



para o Brasil. Como ocorreu recentemente na Austrália, uma seca de cinco anos, seguida de inundações, quando infelizmente tiveram que dizimar ou perder mais de 800 mil cabeças de gado em consequência dos desastres naturais. Então, nós vamos ter [oportunidade] de aumentar as exportações de carne”, afirma. E finaliza deixando a APEX à disposição de todos os produtores rurais.

NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR | PRESIDENTE DA CONAB

O presidente da Conab, Newton Araújo Silva Júnior, iniciou fazendo um recorte da Conab, com as informações de sustentação de políticas agrícolas. Ele afirma que já conversou com líderes da CNA, da Aprosoja e outras entidades representativas do agronegócio para, segundo ele, estar mais dentro da fazenda. “Dentro dessas informações que norteiam o Plano Safra, plano de construção e ampliação de armazéns, com diversos instrumentos que a gente entende que temos que melhorar. Que temos que estar mais perto do produtor. Acho que isso é dos grandes gargalos, um dos temas do Painel... desculpa gente, mas não eu me preparei totalmente”, afirma.

Mas, segundo ele, ao se conseguir chegar mais perto do campo, das informações estratégicas, cruzando essas com as informações logísticas dos armazéns, são temas que darão uma orientação para a Conab saber onde o governo deve estar ou deixar de estar presente. “São temas que temos que evoluir”, afirma Silva. Segundo ele, o Brasil tem uma



agricultura “4.0 para dentro da porteira, mas para fora da porteira o custo Brasil ainda precisa ser trabalhado”. Ele diz que o seguro rural é uma vertente que a Ministra da Agricultura tem trabalhado bastante, bem como a questão do Plano Safra, que observa ele, está em gestão e deve ser anunciado em breve. “Isso acaba tendo uma interface com os valores anunciados com uma economia de cobertor curto. Então são... É um tempo curto que tenho para falar, mas é colocar a Conab e as questões que nós trabalhamos como escoamento da Safra”, observa.

Ele também salienta a questão da Agricultura Familiar, dizendo que neste ponto o País ainda está muito atrás. “Temos que correr nisso, pois temos um limbo aí”, comenta. Quando aos recursos para os grandes agricultores, Silva observa que o fato de não se conseguir juros de 7,5% indica que há trabalho para se fazer nessa área. “Então imagino que seja esse o debate, colocando aqui mais ou menos o que a Conab está fazendo, como a desmobilização de nossas unidades e valorização das que tem interesse da sociedade. Me coloco para qualquer dúvida, abrindo as portas de nossas superintendências, nas informações que nós divulgamos para que elas sejam mais assertivas”, finaliza.

ALYSSON PAOLINELLI | EX-MINISTRO E ATUAL PRESIDENTE DA ABRAMILHO

O ex-ministro e atual presidente da Abramilho, Alysson Paolinelli começa sua palestra contando um fato que acontece com ele que, quando vê coisas complicadas, sem conseguir abrir a mente para soluções que precisava, arruma uma viagem para o Paraná. “Aqui recebemos uma injeção de ânimo nas nossas veias. Esse Paraná, construído por vocês, é hoje para mim o grande exemplo que o país precisa. Quando venho aqui, venho com respeito porque vocês me ensinaram e me ajudaram muito”.

Ele se diz preocupado, porque todos ouviram as advertências e precisam de soluções. “Nós, produtores rurais, temos uma responsabilidade grande porque fomos nós que ganhamos a eleição desse governo[federal]. Todos nós sabemos que Brasil estava – e ainda está - em dificuldades. Devemos o que não somos capazes de pagar, a não ser em 10, 12 ou 15 anos. Desorganizaram toda a nossa máquina administrativa. Não vamos, agora que recebemos um governo que quer fazer a grande inversão que o Brasil precisa, para ser para ir para o país do bem, do trabalho, da honestidade e da inovação, ser aqueles produtores que tantas vezes ficavam apenas à margem das estradas jogando pedra no governo passado. Mais do que nunca, esse governo precisa da nossa colaboração. Temos que ser proativos, temos que levar soluções”, afirma.



Ele afirma que a solução está no trabalho honesto, com fé, com determinação para fazer aquilo é preciso. “Temos mercado e é isso que é fundamental: o mundo está convocando o Brasil para produzir 41% das novas necessidades. Eu vou traduzir isso porque parece que ainda [uma parcela] não entendeu. A nova necessidade é dobrar, até 2050, a produção atual de 1,3 bilhão de toneladas, 41% disso, dariam 450 milhões em um país que hoje só produz 240 milhões. Esta é a nossa responsabilidade senão o mundo vai passar fome”.

Para Paolinelli, essa é a grande sorte do Brasil ter aberto a janela do mercado e que terá que cumprir. “A não ser que faça com que esses recursos naturais, que Deus nos deu, sejam os responsáveis para garantir a segurança alimentar que o mundo não tem”, afirma. E diz que é preciso inovar, pois não há dinheiro para investimentos. “Nós, produtores, nós brasileiros, temos a solução para isso. Como expandir a área, se nós não conseguimos ainda acertar a infraestrutura, especialmente para armazenamento e transporte. Milagre não precisamos fazer, já temos a experiência. Fizemos o Polocentro, onde vocês poderá experimentar o que é o resultado de uma safra irrigada. Falei nos Estados Unidos, em 2006, que nós teríamos a segunda safra e ninguém acreditou. Quando volto, hoje, me ouvem com respeito, quando dou um toquezinho bem mineiro sobre a irrigação. Façam um esforço e visitem companheiros que já irrigam e vejam como se faz uma irrigação... três safras e isso daria ao Brasil a produção que ele precisa”.

Segundo ele, desde que bem feita, irrigação se faz a custo baixo. Mas, ainda de acordo com ele, é preciso mudar o conceito sobre o uso da água.

“O meu estado, Minas Gerais, é um dos Estados que mais aumentaram a irrigação, mas deram um nó cego nesses ‘ecoloucos’ e molharam esse nó que ninguém desata. Uma concessão, uma outorga de água no meu estado, hoje, chegam a demorar 12 anos. O Brasil é o país mais rico em água. E vocês, produtores, têm a belíssima conquista de fazer Lei do Liebig – também conhecida como Lei do Mínimo - funcionar em área química. Os produtores brasileiros sabem perfeitamente que a Lei do Mínimo não funciona, e [mesmo assim] fazem com que as nossas safras sejam as mais produtivas ... Mas esqueceram do principal insumo; a água. E é por isso que a nossa safra hoje tem sido ciclotímica”, explica.

De acordo com o ex-ministro, é preciso ter um novo conceito de utilização de água pois estaríamos errando ao nos mandaram fazer reflorestamento ciliar para melhorar os rios. “Isso não vai aumentar nem diminuir uma gota sequer. Mandaram preservar as nossas nascentes que é importante, sim, para não quebrar o ‘termômetro’ para saber como está lá dentro, o lençol freático ou aquífero. Precisamos, de fato, levar o agricultor a participar desse processo e ser também participante da gestão deste bem que Deus nos deu e que vai resolver o problema brasileiro”, afirma.

Segundo ele, é preciso adotar novas posições, ser mais proativos. “Estamos discutindo com governo essa solução [irrigação] e espero, especialmente, que o Paraná, que para mim sempre foi um estado inovador e para mim, tenha sua efetiva participação nesta grande revolução brasileira”, finaliza.

ANA AMÉLIA LEMOS – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do painel, Ana Amélia Lemos fez um resumo de tudo que foi discutido. E aponta que, novamente, se viu no Fórum os mesmos problemas, reflexões e demandas, com logística deficiente - portos, rodovias e ferrovias- e pedágios caros. “É o Custo Brasil se acabando. Nós temos aqui questões graves, como a excessiva burocracia que continua a dar dor de cabeça não só produtor, mas a todo empreendedor e até ao cidadão comum”, afirma.

“Queria dizer que aqui também vi várias condenações, a última também foi na área de negócios de mercado externo, que começou com Alceu Moreira falando sobre o Mercosul . Talvez esse seja um dos temas mais candentes e que temos que temos que nos debruçar sobre ele”, explica.

Segundo ela, acompanhou o nascimento do Mercosul e sabe que, de fato, as assimetrias do Mercosul não dizem respeito apenas à máquina agrícola, mas também o custo financeiro dos outros países. “Na questão de logística tudo, tudo é diferente do nosso. E nós sempre estamos em condições competitivas com os países do Mercosul”, explica.

“A questão que a Letícia falou sobre a China, e que também temos que aumentar nossa produção para Europa ... Você sabe melhor do que é, especialista em comércio internacional, que a Europa é a região mais protecionista do setor do agronegócio e, por isso, até agora, não saiu um acordo entre Mercosul e União Europeia. A Europa é para nós um problema. Mas existem outras assimetrias, alguns problemas, por

exemplo: até pouco tempo, o Brasil não podia vender no Uruguai, mas nós podíamos comprar toda a carne ovina do Uruguai; toda churrascaria tinha carne ovina uruguaia”, conta.

Para ela, a questão da China é ser esse mercado importantíssimo. “Na diplomacia brasileira, nós temos que ter cuidado muito grande porque... qual um grande mercado para venda de proteína animal? Qual é? O mercado árabe. Então temos que ter um cuidado para preservar esse mercado porque nós temos concorrentes na carne; nós temos a Argentina, o Uruguai, a Austrália e os Estados Unidos”, afirma.

Ela diz que o Brasil também tem que cuidar da questão sanitária. “Temos que, nesse aspecto, ter um cuidado porque isso contamina e, a pretexto de uma questão sanitária, se levanta uma barreira não tarifária, uma barreira protecionista. Já criaram leis na Argentina, por exemplo, de proteção à erva mate e o Paraná é um produtor e consumidor da erva mate. São leis internas que prevalecem sobre as leis multilaterais, que são prejudiciais e claramente protecionistas”, explica.

Para Ana Amélia, é preciso ter força política. “O agro precisa ter porta-voz, precisa ter uma força política para fazer as discussões e os debates adequados às suas demandas. Estabelecer que essa força política se dá pela FPA, que tem uma força extraordinária, pela escolha da ministra Tereza Cristina e o próprio Ministro do Meio Ambiente. Hoje, como bem destacou Alceu Moreira, ser um pensamento comum, a convergência. Hoje, os dois Ministérios – da Agricultura e Meio Ambiente, - falam praticamente a mesma linguagem. Até pouco tempo, um ministro do Meio Ambiente colocava, em fóruns internacionais, o Greenpeace para



falar pelo Brasil. Até pouco tempo, vocês sabem disso, não é preciso falar nome e sobrenome. Havia uma guerra entre ministérios, que deveriam falar a mesma linguagem e ter convergências”, afirma.

A definição de pautas também seria importante, de acordo com a ex-senadora, para saber qual a prioridade número 1, por exemplo, que o agro tem neste momento. “E vamos juntos com todas as entidades e com a cadeia produtiva ter uma pauta em comum porque assim nós vamos quebrando barreira. Senão no resto do tempo nós vamos bater nos mesmos problemas, sem encontrar soluções para o que queremos”, explica. Segurança jurídica e segurança pública foram outros dois temas que ela avaliou como bem abordados “Hoje, o agricultor está refém da criminalidade; ele compra de manhã insumos e, de noite, vai lá no caminhão e ver que tudo foi roubado. O agricultor não conta com Patrulha Rural, não tem assistência como tem a criminalidade. O crime organizado migrou da zona urbana para zona rural. O agricultor está sozinho jogado à própria sorte. Por isso também defendi, como o Alceu Moreira, que na área rural o agricultor tivesse, dentro do Estatuto do Desarmamento, o direito de ter uma arma para se defender. Pelo menos, na área rural deveria poder”, observa. Já na questão da segurança jurídica, ela diz que também passa por essas questões, especialmente no Mato Grosso do Sul que vive dilema na questão indígena e com invasões de terra. Essa agenda ainda está ainda pendente de entendimento, segundo ela.

“Regulamentação do Código Florestal. Trabalhei muito no senado federal com relação a essa matéria, assim como o ministro Reinhold Stephanes trabalhou imensamente, como parlamentar. Alceu, nessa questão temos



também o Aldo Rebelo, que tem um equilíbrio muito grande, mesmo sendo do PC do B, em relação ao Código Florestal, que precisa de regulamentação complementar”, afirma. “Queria dizer também que o debate sobre regulamentação de cotas estrangeiras, da titulação e da compra de terras estrangeiras, como a Letícia mencionou, é um tema que está na Câmara dos Deputados e está avançando. É preciso estabelecer limites para essas operações. A decisão soberana será do Congresso Nacional, mas temos um canal”.

Já a questão das taxas de juros foi, segundo ela, bem abordado pelo presidente da Conab. “A questão do seguro Rural. Queria informar aos senhores também que o setor de arroz está passando por uma situação grave porque o custo de produção é muito maior do que o custo da venda de produto. Eu fiz a PEC 155, que trata de equalizar o ICMS para toda cesta básica. Todos os produtos alimentícios terão uma equalização de ICMS porque, hoje, cada estado tem uma tributação e isso acaba atrapalhando e onerando os produtores. A PEC está [tramitando] no senado federal.”

A questão da irrigação é, de acordo com Ana Amélia, um debate extremamente sensível e tem que ser tratado com muita maturidade com muita responsabilidade. “Tem-se uma ilusão de que agricultura hoje é um problema em relação à questão da água. Algumas cidades como a Cantareira, em São Paulo, e Brasília viveram o problema de seca que afetou o consumo. Isso acaba dando uma interoperação de que os agricultores estão consumindo demais. É preciso quebrar o preconceito, mas é preciso também encontrar uma solução que compatibilize a



produção com essa tecnologia preservando os Mananciais, preservando os lençóis freáticos preservando a água para o nosso país”, afirma.

“A questão da política agrícola também mencionado aqui a questão do PRONAF ainda estamos na questão do limbo, mais uma pauta para o congresso se debruçar com seriedade por que às vezes pode servir de pano de fundo para protecionismo de países em que nós vendemos

Quero cumprimentar todos os expositores pelo brilho e pela contribuição que deram nesse debate aqui. Aprendemos mais ainda sobre os dilemas que vivenciamos. E ao ministro Reinhold Stephanes, quero deixar aqui como um desafio. Eu era jornalista, trabalhava no Canal Rural e ele dizia- e você sabe: o Brasil com esse território todo, com essa agricultura modernizada é o maior importador de trigo do mundo. Estou falando disso num estado produtor de trigo, talvez maior produtor de trigo junto com Rio Grande do Sul. Reinhold Stephanis queria e lutava para criar nova política de autossuficiência. Só nisso, ministro, já estaríamos reequilibrando nossa balança comercial porque não estaríamos comprando lá fora o que poderíamos produzir aqui dentro. Muito obrigada a todos os senhores pela participação”.

PAINEL 2 - AGRO: MERCADO INTERNO E EXTERNO E SUAS PERSPECTIVAS PARA AGREGAÇÃO DE VALOR

MODERADOR: RICARDO AMORIM | ECONOMISTA

O economista Ricardo Amorim inicia sua apresentação brincando sobre o fato de ter que falar depois da ministra Teresa Cristina, e que foi ao Fórum falar sobre os mercados interno e externo, que foram o foco do painel e “deixar algumas bolas quicando para quem entende muito disso, melhor do que eu”. Já no começo da conversa, Amorim diz que o que o preocupa hoje, na economia, não está no Brasil. “O que hoje mais me preocupa está nos Estados Unidos e, para ser mais específico, isso tem a ver com seguinte: a economia americana vem de um processo de crescimento muito longo; esse aqui é o ciclo de crescimento mais longo da história dos Estados Unidos, que crescem há 9 anos, coisa que não acontecia ou não aconteceu nenhuma vez desde a Segunda Guerra Mundial”, diz. Segundo ele, isso indica estamos no final do ciclo de crescimento americano e, mais tarde, vai ter uma decepção mundial e que, depois, eles vão voltar a crescer mais uma vez. “O que preocupa hoje é que já há sinais muito claros de desaceleração na China e na Europa. O mundo tem três grandes motores: China, Europa e, o maior deles todos, os Estados Unidos. Quando o último, o maior e o mais potente dos motores desacelerar, a economia mundial vai passar por uma recessão”.



Segundo ele, isso significa que pode acontecer uma redução na demanda mundial de commodities, incluindo as agrícolas. “A gente já vem sentindo os impactos dessa desaceleração que vem da China e da Europa no preço da maior parte das commodities agrícolas, há algum tempo. E isso pode ficar pior. A grande questão é que ninguém sabe exatamente quando vai começar uma recessão nos Estados Unidos. Agora, o que eu consigo dizer com bastante segurança é que nós não estamos mais há vários anos de uma recessão, nós estamos, na melhor das hipóteses, há vários trimestres longe desta recessão”.

E questiona: como é que uma economia muda de fase num ciclo econômico? “Quando ela vai bem, cresce muito, precisa necessariamente contratar mais gente. E ao contratar cada vez mais gente, o que acaba acontecendo é que a taxa de desemprego vai baixando até que ela chega no nível onde estamos [mostra num gráfico].” Ele diz que hoje, a taxa de desemprego hoje nos Estados Unidos - e há poucos meses até subiu um pouquinho - era a mais baixa de 59 anos: menos de 4%, na prática.

Com isso, diz, fechou-se uma das possibilidades de contratação que as empresas normalmente tem: contratar alguém que não está trabalhando, que é qualificado e que quer trabalhar. “Aliás, é importante saber: se você não estiver trabalhando, não estiver procurando [colocação] você não aparece na taxa de desemprego. É importante entender isso porque, por exemplo, no último mês aqui no Brasil teve um crescimento na taxa de desemprego, mas, no último mês, tiveram 200 mil pessoas a mais trabalhando, do que um mês antes. “Como é que a taxa de desemprego pode crescer? O que acontece é muito simples: quando a economia piora

e, principalmente, fica ruim por muito tempo, muita gente deixa de procurar emprego e quando o sujeito deixa de procurar emprego ele não aparece na taxa de desemprego. Só que a economia começa a melhorar e aquele cara fala: “Opa, vale a pena voltar a procurar emprego porque eu vou conseguir”. E nessa hora o que acontece? A taxa de desemprego sobe apesar do fato do que eu falei, de 200 mil pessoas a mais estarem trabalhando.”

Voltando à situação dos Estados Unidos, ele mostra que a taxa de desemprego muito baixa, hoje, impede as empresas de contratar alguém que não está trabalhando. “O que sobra? Contrata alguém que está trabalhando para o concorrente. A gente sabe como faz isso. Chega para o cara e oferece um salário que é a metade do que ele ganha e ele vem trabalhar com você, não é isso?[ironizando] Claro que não! Só tem um jeito: pagar mais para ele. Se você vai pagar mais, você e toda economia estão pagando mais. Os salários começam a subir muito depressa, mais rápido do que sobe a taxa de produtividade”, explica. Quando isso acontece - salário subindo mais rápido que a produtividade no trabalho - o preço de produzir naquele país sobe, diz, “o que acontece quando tem mais gente querendo comprar? Salário sobe, há mais dinheiro no bolso, e com mais dinheiro no bolso mais poder de compra”.

Mais gente querendo comprar e, ao mesmo tempo custo de produção mais alto. “Será que eu vou aproveitar e passar meu aumento de custo de produção para o preço de venda dos produtos? Eu, todo mundo, a torcida do Corinthians, do Flamengo e do meu Palmeiras, decacampeão brasileiro sobem o preço. Inflação na veia”, aponta.

Segundo Amorim, o resultado da história é muito simples: a inflação começa a subir, juros sobem e as pessoas deixam de comprar, de pegar dinheiro emprestado para consumir. “Daí o cara não compra, a empresa não vende; a empresa que não vendeu começa a mandar gente embora e a economia, que estava indo para cima, vira e vem para baixo”, diz. Esse é o ponto, de acordo com ele. Os Estados Unidos por estarem crescendo há muito tempo, isso viria acontecer em algum momento. “Só basta o Trump tomar duas medidas que aceleram e pioram o processo”, afirma.

As duas medidas é a política anti-imigração porque ela fecha a porta que poderia fazer com que as empresas não tivessem que pagar mais para funcionários que ela está contratando do concorrente. “Se ela pudesse contratar alguém que não trabalha nos Estados Unidos, que vai para lá com salário mais baixo do que do americano, o resultado disso é que não haveria pressão na inflação. Só que essa porta está fechada”, aponta. A segunda política de Trump, no entanto, é a que vai garantir a inflação: a chamada guerra comercial. “O que a guerra comercial fez, inicialmente? Aumentou o preço de todo produto chinês que chega aos Estados Unidos, entre 15% e 25%. O produto americano tem custo mais alto, tem mais gente querendo comprar e o preço do meu concorrente aumentou de 15 a 25%. Aí não tem jeito, é inflação na veia”, afirma.

Para Amorim, isso tudo significa que o cenário externo, principalmente nos próximos dois anos, vai acabar esse ciclo de expansão americana. “A gente vai acabar vendo uma desaceleração, queda de preço de soja, de milho, enfim, que de todas as commodities em dólar. Só que tem uma contrapartida. No Brasil, o preço do dólar em relação ao real sobe e sobe

bastante. Isso é importante porque é um mecanismo que tem no Brasil - movimento da taxa de câmbio na contramão do preço da commodity internacional - que o americano não tem. E quando a situação ficar feia, nossa competitividade em relação ao produtor americano, ela vai pra cima com o valor do dólar”, aponta.

Com todo esse preâmbulo, o ponto que ele diz querer chegar, na economia brasileira, é essa preocupação com o que pode acontecer nos Estado e não o que está acontecendo aqui. “Mas vamos ao que está acontecendo aqui. A ministra [Teresa Cristina] repetiu pelo menos duas ou três vezes - e enfatizou - a importância da aprovação da reforma da Previdência. Eu eu não poderia estar mais de acordo [com a reforma]. É tão simples quanto isso: se a reforma passar, a economia brasileira vai melhorar; se a reforma não passar, ela vai piorar. E eu acho que ela vai passar. Porque eu acho que ela vai passar, apesar de achar que a coordenação política desse processo, até agora, está sendo, na melhor das hipóteses, bastante atabalhoada?”, diz. Segundo ele, em primeiro lugar é porque essa discussão está madura na sociedade pois faz três anos que esse assunto vem sendo discutido. “Depois tem o congresso fazendo o que sempre faz. Vamos olhar o que está acontecendo. Bolsonaro foi eleito com o seguinte discurso: ‘vou jogar duro com congresso e vou mudar a forma de negociação e acabou o toma lá dá cá e, a partir de agora, eu vou mandar o que tem que ser feito e eles vão fazer e ponto final’. Faltou combinar os congressitas”, diz.

De acordo com Amorim, se a reforma passar, a economia melhora, o Bolsonaro vai colher os louros com a melhora da economia e,



provavelmente, vai ser reeleito. “E se a reforma não passar? A chance de reeleição do Bolsonaro beira a zero, e começa ser possível até que não chegue ao final do mandato. Portanto, Bolsonaro precisa da aprovação do congresso, precisa da aprovação da reforma que por sua vez precisa do voto do congresso. Que falou: ‘peraí, eu vou jogar duro com esse cara, aumento meu poder de barganha e vamos ver o que eu consigo negociar nessa história’. Estava na cara que isso ia acontecer. Só que tem um limite até onde o congresso pode esticar acorda. O limite é o seguinte: se, de fato, não passa a reforma não é só o governo que vai ter problema; os congressistas vão ter problemas também”, afirma.

E diz que, na dúvida, é só ver o que aconteceu da última vez, com o último presidente da Câmara e vários outros políticos importantes que foram parar em cana. “E a gente tem vários dos congressistas atuais sendo investigados em processos de corrupção. Isso para mim significa que o congresso vai jogar muito duro, vai tentar negociar o máximo que der. Vai ter muito toma lá dá cá. Um dia parece que vai, não vai, diz que a gente parece que não vai, depois parece que ela não vai, depois parece que vai e Aos 45 do segundo tempo vai passar”, afirma.

Para ele, se a reforma passar, a economia brasileira vai crescer mais do que as pessoas imaginam porque esse é o último problema macroeconômico que precisa ser resolvido. Na opinião de Amorim, o governo Dilma deixou três bombas macroeconômicas mas o governo Temer desarmou duas: a primeira bomba desarmada foi a inflação e a segunda foram as contas externas. “O Brasil só não quebrou nos últimos



anos por causa do agronegócio que tem um superávit gigantesco na balança comercial. Mas se a gente olha pelo lado dos produtos manufaturados e produtos industrializados, o período do Guido Mantega à frente do Ministério da Fazenda foi um desastre. Ele herdou um Brasil com um superávit comercial, na balança de manufaturados de 10 milhões de dólares por ano. Oito anos depois, o Brasil tinha um déficit na balança de manufaturados de US\$ 120 bilhões. Porque a gente não quebrou? Porque o Agro que Compensou déficit de manufaturados”, afirma.

Ele diz que essa é a parte fundamental: esse tipo de problema também foi resolvido. “Nos últimos três anos o Brasil teve três maiores superávits comerciais da história. Só falta resolver o último dos problemas: o fiscal.

E para quem entende a importância dele, fica bem claro aqui: países que têm situação fiscal pior, que tem déficit grande, que tem dívida Grande e tem desempenho econômico horrível. Se a gente for comparar o desempenho econômico de todos os países do continente americano ,ao longo dos anos Dilma, o Brasil só afundou [mostra gráfico]. O Brasil só não foi pior porque existem os bolivarianos da Venezuela”, afirma.

De acordo com Ricardo Amorim, a história não é lisonjeira com o período do governo Dilma. Comparando o desempenho economia brasileira ao longo do governo dela com governo veio antes do mesmo partido -“então não tem conotação partidária nenhuma -; e com o que veio depois, que aliás foi eleito com ela, o que acontece é um buraco enorme [mostra gráfico]. “Antes: em branco estão as as expectativas que economistas e empresários tinham no dia 31 de dezembro para o crescimento do

Brasil no ano seguinte, com uma exceção e duas tendências. Exceção : 2009, a surpresa foi ruim, a expectativa já tinha piorado e a realidade foi pior ainda. Esperamos uma marolinha, tomamos um tsunami”, conta. E diz que, num ponto, Lula estava certo: “ele falava que foi consequência de uma crise internacional e foi mesmo”. Tirando o ano da crise, ele diz que a expectativa era “só vai dar Brasil não tem para ninguém, Dilma tomou posse e o jogo virou e todo o santo ano dali para frente tivemos decepções as expectativas, cada vez mais baixas”. “Vejam, temos aqui um ciclo econômico completo que tem duas fases. A fase ascendente não é só que as coisas melhoram; normalmente melhoram mais do que a gente acha possível. Na fase descendente não é só quando as coisas pioram; elas pioram mais do que a gente acha possível”, aponta. E diz que a boa notícia é que começou uma nova nova fase ascendente em 2017. “Ano bom? De jeito nenhum. Brasil cresceu 1,1% mas a expectativa era 0,4%. Começa o ano e vem a delação do fim do mundo do Marcelo Odebrecht; maio, a crise do Joesley; agosto, o terceiro fim do mundo no ano, o Geddel. Três fins do mundo depois , o Brasil cresceu mais do que as pessoas projetavam, que é o que acontece quase sempre na fase ascendente do ciclo, tirando 4 exceções”, aponta. As exceções, segundo ele, são: a primeira em 2009, com a crise internacional – “foi por isso que eu comecei falando que o que mais me preocupa hoje é o cenário internacional”, a segunda coisa que faz um país crescer menos do que se imagina é uma guerra mas a chance do Brasil entrar numa guerra é pequena – “de vez em quando eles dão umas cutucadas na Venezuela mas eu acho que não é para valer”; a terceira possibilidade é um caos político, “mas não acredito

muito francamente. Caos lembra de Wesley mais Marcelo Odebrecht mais Geddel. É pouco, tem que ser muito pior que isso. É possível? Tudo no Brasil é possível. Mas provável no governo no primeiro ano de mandato? Não acredito, mesmo com um governo que parece levar as próprias cascas de banana para pisar. Não vejo uma crise desse tamanho, não vai acontecer no primeiro ano. Pode acontecer? Pode, mas a chance é muito pequena”, diz. A última possibilidade em que um país cresce menos, segundo ele, é quando tem uma guerra civil. “Guerra civil acho que o Brasil não vai ter não.”

Porém, ele alerta que o Brasil teve no ano passado um "negócio" que teve o impacto de uma guerra civil no país, a greve dos caminhoneiros, que parou o país por quase duas semanas e custou 1,1% do crescimento econômico do ano passado. “Pode acontecer de novo? A resposta é sim. Pode ter o impacto do ano passado? Não acredito”, garante. Segundo ele, a expectativa no final de dezembro era de era que o Brasil cresceria 2,5% neste ano, atualmente já está na faixa de 2%. “Quando aconteceu a última greve dos caminhoneiros, o preço do petróleo convertido tinha aumentado 25% nos dois meses anteriores, os combustíveis estavam mais caros. Aí os caminhoneiros entraram em greve e tiveram apoio da população. O presidente era Michel Temer e sua popularidade estava em 3%. O Temer conseguiu um negócio que eu nem achava possível: ele conseguiu ter metade da popularidade mais baixa que a Dilma já teve. Isso é importante porque significa que qualquer um que falava contra o governo, tinha o apoio da população. A população apoiava qualquer coisa contra o Temer. Não é a situação de agora, a popularidade do Bolsonaro

hoje já não é a mesma desde que ele se elegeu mas, ainda assim, ele tem uma popularidade significativa, pelo menos umas 15 vezes mais o que o Temer teve lá atrás”, diz. Em segundo lugar, ele explica que a população agora já sabe que, se tiver outra greve daquela, quem paga a conta é ela. “Duvido que vá apoiar outra vez”, afirma.

Para ele, se não houver crise internacional e se sair a reforma da previdência, uma nova greve não vai impedir o Brasil vai crescer mais do que as pessoas imaginam. E lembra que um dos motivos da greve dos caminhoneiros era o preço do frete. “Eles quiseram tabelar a lei da oferta e procura. Nós combinamos um preço de frete para satisfazê-los mas não está acontecendo. Tava na cara que não ia dar certo”.

Segundo ele, no governo Dilma criou-se uma situação atípica em que o custo de financiamento em termos reais para compra de um caminhão foi muito baixo. “A Frota aumenta para burro, Brasil está crescendo, está indo bem e a Dilma joga o Brasil na maior crise econômica da história, a demanda por frete despenca, quantidade de caminhão tá lá em cima e o que acontece com o frete vai lá para baixo. Aí eles fazem um acordo e falando não, não, preço de equilíbrio, de oferta e demanda é esse aqui mas o frete está aqui em cima. Aí quem precisa de frete olha e diz: ‘eu tenho duas opções, ou pago o preço que foi acordado ou monto minha própria Frota de caminhão que já tem um monte de caminhão dando sopa por aí’. Moral da história: o Caminhoneiro não só deixa de receber o frete mais alto como ficou sem trabalho, que surpresa!”

De acordo com ele, o Brasil nunca viveu uma crise tão longa e profunda como sob os anos Dilma. “Só que faz oito trimestres que o PIB voltou a

crescer, apesar de Marcelo Odebrecht, de Wesley, de guerra comercial, de incertezas eleitoral, de todos os problemas em todos os trimestres, o PIB cresceu. Mais importante, se passar a reforma da Previdência a economia vai acelerar. A má notícia é que a reforma, na melhor das hipóteses, se tudo der certo, vai ser votada em junho, mais provável em agosto. Antes disso, a gente não vai ver nenhuma melhora significativa, depois é provável. E aí tem segundo ponto: a economia vai para cima, para cima, para cima até que...uma das coisas que eu aprendi na vida foi que nada sobe para sempre, num determinado momento inverte”, afirma.

Segundo Amorim, o fundo do poço já foi encontrado, há oito trimestres. “Agora o Brasil está crescendo de novo só que a gente continua aqui embaixo. Alguém está otimista aqui? Ninguém. A economia do Brasil foi muito mal nos anos anteriores, a economia está cheio de desempregados A situação está péssima. Sabe quantas pessoas estão otimistas aqui em cima na fase de prosperidade do jeito que o Estados Unidos estão? Ali está todo mundo feliz. Mas o problema é que estão às vésperas de pegar a montanha russa na descida. A hora boa é de surfar tudo isso aqui (mostra algo mostra um gráfico). E precisamos agradecer a Dilma, nunca essa primeira subfase foi boa e a fase de recuperação vai ser tão grande quanto esta (mostra gráfico) porque nunca ninguém tinha cavado o buraco deste tamanho na economia brasileira”, afirma.

“Sendo prático, eu vou dividir os meus gráficos em três partes: antes durante e depois do governo Dilma. Antes da Dilma! O Brasil nunca tinha gerado tantos empregos e ela tomou posse e nunca o Brasil demitiu tanta gente. O impeachment começou a andar e os empregos voltaram. A



mesma história acontece com o câmbio. Antes da Dilma, dólar vinha caindo. A Dilma destruiu o país só que ela aumentou a renda dos produtores. O dólar que estava em R\$1,50 quando ela tomou posse e foi para R\$4,20 em dezembro de 2015. Resultado: mesmo em queda no preço das commodities a renda dos produtores brasileiros nunca foi tão grande. A alta do dólar mais do que compensou. Esse mecanismo que eu diz que, quando a coisa fica feia, é um mecanismo de proteção no caso do agronegócio brasileiro. Os outros setores não têm, o Agro americano não tem”, diz. Porém ele alerta para um efeito colateral para a economia: quando o dólar sobe, produtos importados ficam mais caros e a inflação sobe também. “E quando a inflação sobe o que acaba subindo também são as taxas de juro. E joga o Brasil em recessão”, explica.

De acordo com o economista, há dois cenários possíveis: o cenário externo ajuda e a Previdência passa, provavelmente o preço das commodities fique ligeiramente para baixo porque os Estados Unidos estão segurando bola, o que significa que não vai cair o preço com relação ao que está hoje; na segunda possibilidade, a Previdência não passa ou o cenário externo fica ruim, o preço do dólar vai lá para cima, a lucratividade do Agro sobe mas a economia doméstica piora. “Eu quero dizer que vocês não vão ter o melhor dos dois cenários mas certamente você não terão pior”, diz.

Segundo ele, o agro brasileiro está muito melhor posicionado que o americano e que isso não ocorreu por acaso. “Faz 20 anos que a gente tá ganhando mais mercados que eles e eu aposto com vocês que, por mais 20 e 30 anos, vai continuar ganhando. E isso me traz o gráfico mais



importante. Eu vou fechar com três conclusões: uma política, econômica e uma de negócios. A política é o seguinte: todas as vezes que a economia brasileira afundou, o presidente/ditador que estava no poder caiu sem nenhuma exceção”, diz.

Segundo ele, a primeira vez que a economia afundou foi no início dos anos 30, quando estava crescendo como nunca tinha crescido antes e caiu quando veio o golpe do Getúlio Vargas. A segunda afundada, segundo ele, foi quando caiu a ditadura do Vargas e volta a democracia sustentada até o golpe militar. “Que fez despencar a economia. Aí vem a redemocratização do Brasil. Tem o impeachment do Collor e depois, a maior despencada da história do Brasil, o Tchau Querida. O que tem de importante nisso? Durante muitos anos, a gente traz uma reta para o inferno, onde as expectativas são as piores possíveis. Só que a economia melhorou, há 8 trimestres está crescendo. Se passar Previdência, quem que está tocando isso aqui? É o salvador da pátria, o príncipe encantado, é o mito”, explica.

Segundo ele, a parte importante é que a economia vai bem e gera desequilíbrios através do desemprego. Se ela vai mal, planta condições para crescer muito mais que as pessoas esperam, todas as vezes. “Depois da era Vargas, esperavam que o Brasil crescesse 2%. Três anos depois, a média de crescimento era 7,5%. Acabou a Segunda Guerra Mundial e o mundo está destruído, ninguém era otimista, e depois cresceu mais que 7%. Golpe militar, despencou de novo. Voltou a democracia. Anos Collor. Eu era criança nos anos 80, de Economia não lembro quase nada. Vou começar aqui anos Collor. Aliás, tem duas coisas na economia brasileira



que o mundo inteiro vai lembrar por, pelo menos 10 mil anos, os anos Dilma e o plano Collor. Porque quem imaginou que ia fazer um negócio que vale ouro: pegar a poupança das pessoas, numa inflação de 88% ao mês, o Brasil estava quebrado, a economia afundou e o que acontece? A regra é clara: põe um vice do MDB, vem uma crise grande, assume o vice do MDB. Foram três, né? Itamar Franco. Qual o grande Projeto Itamar Franco para o Brasil? O Fusca! E eu estou pegando leve com o homem porque o que marcou o Itamar mesmo foi o carnaval e a fogueteira, com foguete tudo. Onde eu quero chegar nessa história é que o mínimo que o Brasil cresceu depois de graves crises econômicas foi os 5% ao ano, três anos depois. Lembra aquela recessão dos Estados Unidos, ela gerou uma crise econômica do capitalismo - a segunda pior crise do capitalismo foi em 2008/2009. Em 2009, o Brasil não cresceu nada por causa dela mas em 2010 cresceu 7,5%. Em 2011, 4% na média”, diz.

Segundo ele, há uma possibilidade deste ano ter um crescimento pior que os 2,5% que estão projetando. Mas, para isso, o governo Bolsonaro vai ter que se provar tão incompetente como governo Dilma. É possível? Tudo no Brasil é possível, mas vai ter que se esforçar demais, não é tarefa fácil”, brinca.

Isso tudo, de acordo com Amorim, significa o seguinte: só há uma terceira possibilidade, a do Brasil crescer mais, eventualmente muito mais, do que as pessoas imaginam. “E isso leva à terceira que conclusão que eu quero fechar: nós estamos na fase de mais oportunidades que temos, que é resultado do efeito paletas mexicanas: a oportunidade é boa quando ninguém acredita, quando todo mundo acredita a oportunidade já passou.

Um dia, um cara teve uma ideia genial de pegar um picolé e recheiar de leite condensado e cobrar o preço de 10 picolés. O sujeito ficou rico. Todo mundo fez paleta mexicana, todo mundo ficou rico. Aí tem aquele negócio que começa apertar, dói, é a mais humana de todas as emoções, chama-se inveja e ela toma conta de você. O cara ficou rico, como assim, vendendo paleta mexicana. O cara abriu uma paleteira, logo já tinha seis cadeias de Paleterias; dois anos depois tinha 203; depois 604; depois 1200; no quinto ano você fala: vai acabar logo. Aí o que o seu vizinho faz? Abre uma paleterias. Ele não entende nada de paleta e nem de negócio, não pode dar certo, já estamos no sexto ano. Deu certo. Seu vizinho ficou rico. Como você está se sentindo agora? O que você faz? Monta uma Paleterias. O que acontece depois é que você quebra Qual a semelhança investimento em crypto moedas? Quando é que você vai para valer, acontece algo. Na última Safra, o preço estava lá em cima, 'pô tá bacana vamos lá e vamos investir'. Você e todo mundo faz isso e o que acontece com o preço da safra seguinte? Preço foi uma droga, quase ninguém investe. O que acontece com preço? A gente sempre está tomando o Zig Zag. Porque a oportunidade hoje é grande, porque as expectativas da grande maioria são as piores possíveis. E é isso que torna a oportunidade grande. É isso é o que eu vejo".

**GLAUBER SILVEIRA DA SILVA | VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MILHO – ABRAMILHO**

O vice-presidente da Abramilho, Glauber Silveira da Silva, lembra que o problema de logística brasileiro vem de longo prazo, já que o país investe pouco nessa questão, comparado a outros países. “Nós investimos nem 0,5% do PIB, é uma vergonha. Nós temos um déficit de R\$400 bilhões. A ministra [Teresa Cristina] chegou aqui e disse que estão [governo federal] investindo R\$ 38 bilhões. Ou seja, só para atingir aquilo que falta a gente vai precisar de 12 anos. Agora, [até] percorrer esses 12 anos você já tem outro problema, outro buraco enorme. Então, é um absurdo, principalmente para nós, da cadeia do milho, que temos uma dificuldade muito grande com essa do frete”, diz.

De acordo com Silveira, para cada três sacos de milho, dois são para pagar frete. “E como é que você resolve isso? Se resolve com agregação de valor... como se fosse simples, né? Me desculpe a ministra, mas não é. Hoje nós vendemos 80% para China, como se fosse simples a China, de repente, resolver diminuir em 20% dessa compra, e nós falarmos : ‘vamos baixar, vamos vender por um precinho’”, afirma. Segundo ele, o Mato Grosso “virou” a partir do momento que a China passou a comprar do Brasil e, por isso, é importante ter cautela quando se fala em China porque o país é e sempre será um grande mercado, importante para o Brasil.



“E nós temos que agregar valor. Agora, como se fosse simples também vender ... como se nós quiséssemos vender soja e quiséssemos vender milho. Claro que nós não queremos. Para você ter uma ideia, no Mato Grosso estamos transformando milho em etanol. Para cada tonelada de milho, nós transformamos em 420 a a 440 litros de etanol e transformamos em 250 quilos de DDG. Isso, para vocês terem uma ideia, agrega até 3 vezes mais. Então, no Mato Grosso estamos transformando. Neste ano, pretendemos converter dois milhões de tonelada de milho. Mas é pouco. O Mato Grosso está produzindo mais milho do que soja; estão produzindo 35 milhões de toneladas, na segunda safra. Não estamos muito animados, esperamos produzir mais”, diz.

Porém, segundo ele, não há logística e isso seria, na visão dele, a coisa mais importante para um país. “Por isso, a China investe 10% do seu do seu PIB em logística, o Japão 7% e assim por diante... Você pega os Estados Unidos e mais outros tantos países, são 3% ou 4% do PIB dos Estados Unidos em logística, por ano, mesmo com a logística que os EUA já têm. Imagina a quantidade de dinheiro investido?” Ele lembra que, infelizmente, o Brasil está ainda buscando fazer o básico, buscando parcerias. “O que nós precisamos, realmente, é agregar valores e transformá-los isso nós estamos fazendo muito, principalmente na cadeia do milho. Mas o Brasil precisa fazer sua parte. Eu acredito muito, viu, Ricardo [Amorim]. Quando você foi lá no Mato Grosso e deu uma percorrida com a gente na produção de soja, a gente pensava um pouco nessa coisa de etanol de milho. Mas o ex-presidente Lula falava: ‘não vamos transformar milho, que é comida, em energia, em etanol’. Como se



cana não fosse também alimento. Graças a Deus, começamos a transformar [milho em etanol] e hoje é uma coisa que está dando muito certo”, diz.

Segundo ele, cada tonelada de milho transformada em etanol economiza no valor do frete. “Então realmente essa é a grande vantagem. No Mato Grosso, daqui a 5 ou 6 anos, estaremos convertendo 10 milhões de tonelada de milho em etanol. E aí se fala o que vai fazer com esse etanol? O que vai se fazer nós já estamos fazendo. O consumo-Brasil aprendeu que não é tão interessante ficar importando gasolina. Nos importamos hoje mais de 6 bilhões de litros de gasolina. Então por que nós não podemos fazer etanol se está sobrando milho? Você agrega três vezes mais; acho que esse é o caminho”, afirma.

Porém, Silveira lembra que, no Brasil, tudo é muito complicado já que a máquina pública é engessada. “Eu cheguei, um dia para ministro Reinhold e falei assim: ‘Ministro, o senhor está reclamando, mas o senhor é o ministro, então porque o senhor não resolve?’ E ele falou assim: ‘Maguila, o meu apelido é Maguila, não é tão simples assim’. E realmente não é simples e todo governo fala que vai mexer, que vai mudar e as coisas não são tão simples. Outro dia, na sexta-feira, eu estava está com [ex] ministro Alysso Paolinelli e com Bolsonaro, o filho [não fala qual] e não o pai, que tem uma grande influência, e eu disse para ele: ‘Olha, eu espero que o governo, pelo menos nesta cadeia do etanol de milho, não atrapalhe.’ Ele até twittou isso. Eu realmente espero que o governo não trabalhe contra, não atrapalhe porque é uma cadeia que está dando certo, que está crescendo em velocidade astronômica. É uma cadeia que, se nós



conseguimos transformar, crescendo do jeito que está crescendo, vai gerar uma riqueza tão grande quanto o interior do Brasil e vai fazer com que o Brasil progrida muito mais”, garante.

Segundo ele, essa foi uma iniciativa que nasceu quando todo mundo achava que lá no Mato Grosso os produtores eram loucos ao transformar milho em etanol. E hoje é algo que está se reproduzido no Brasil todo e é o caminho, diz. “Agora, não é fácil no Brasil se conseguir licenças ambientais. Para você montar um negócio, você precisa de licença, precisa de incentivos. E geralmente, o governo precisa fazer e muitas vezes não faz. E a gente espera que faça. Então não é uma tarefa simples, mas como disse o Ricardo Amorim, eu sou bem otimista. Sempre acho que, nos piores momentos, é que a gente tem que buscar as melhores oportunidades. E esse é momento de grandes oportunidades. É isso aí.”

BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA | PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA – APROSOJA

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), Bartolomeu Braz Pereira destaca em sua fala a importância de se discutir a agregação de valores à produção agrícola. Mas salienta que é necessário se questionar para onde vai a produção do grão brasileiro e o qual a real demanda dos importadores. “Quem são nossos compradores? Eles querem importar carne? Soja in natura? Farelo de soja? Sabemos que quase 70% das nossas exportações de soja vai para China. É um mercado único, mas muito importante por causa de sua grande população”, destaca.



Pereira acredita sim que os produtores devam agregar valores à sua produção dentro da propriedade, mas que não é justo os produtores serem culpados por conta da Lei Kandir. “Alguns Estados do País estão em calamidade financeira e culpam os produtores agrícolas por que exportam matéria-prima e não agregam valores à sua produção”, comenta. Mas segundo ele, isso não é correto, pois a produção de soja agrega muito valor por meio da tecnologia empregada no campo.

O dirigente diz que as críticas que os produtores recebem por exportar soja in natura são injustas, afinal não estão levando em consideração os resultados positivos da balança comercial proporcionados pela exportações do agro, a geração de empregos no campo e a elevação do IDH das cidades do interior proporcionada pelo agro.

Para ele, os governos precisam criar políticas de estado que promovam o desenvolvimento dos produtores agrícolas e não políticas de tarifação. “Com a Lei Kandir, deixamos de ser grandes importadores de alimentos e hoje somos grandes exportadores. Tem melhor investimento do que esse? Investir em um setor que além de garantir alimentos baratos para população do País oferece produtos de exportações mais competitivos do mundo?”, questiona.

Para ele, os governos precisam criar políticas de estado que promovam o desenvolvimento dos produtores agrícolas e não políticas de tarifação. “Com a Lei Kandir, deixamos de ser grandes importadores de alimentos e hoje somos grandes exportadores. Tem melhor investimento do que esse? Investir em um setor que além de garantir alimentos baratos para



população do País oferece produtos de exportações mais competitivos do mundo?”, questiona.

Pereira diz que essa conta não pode ficar apenas nas costas dos produtores rurais, que segundo o dirigente, já fizeram muito pelo País. “O produtor é o centro desse processo, ele quem gera a riqueza e os outros a repassam. Então me preocupa muito quando vejo Estados tentando criar políticas de tarifação para o setor em vez de criar políticas que promovam o desenvolvimento do setor”, comenta.

PÉRICLES SALAZAR | PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRIGORÍFICOS – ABRAFRIGO

O presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar, inicia sua fala defendendo que as cadeias produtivas do agronegócio e a economia brasileira dependem da reforma da previdência, da tributária, mas essencialmente de uma reforma política. “Isso ainda não foi falado aqui. Temos mais de 40 partidos políticos no Brasil. Uma barafunda de partidos tentando negociar no Congresso”, comenta.

O dirigente observa que essas três reformas balizam todas as demais reformas que podem se suceder no agronegócio. “Na cadeia do gado de corte temos muitos problemas. Se olharmos para o passado veremos que progredimos bastante”, observa, comentando que há 30 anos a inserção

do setor do Brasil no mercado externo era insignificante, e que atualmente a participação é importante.

Salazar observa que é preciso valorizar os esforços empreendidos pelos pecuaristas e pela indústria brasileira pelo status atingido no mercado externo. “Mas ainda há muito que ser feito. A própria ministra da Agricultura, Tereza Cristina, fez um breve voo sobre cada secretaria que existe no ministério, e quero dizer que não seríamos o que somos hoje se a atuação do Ministério da Agricultura”, afirma. Ele destaca a importância do monitoramento e defesa sanitária que existem hoje.

Salazar também fala sobre a configuração da cadeia produtiva do gado de corte, com as várias entidades que representam os produtores, duas que representam a indústria e as várias que representam o comércio. “Temos muito o que melhorar no âmbito comercial, na questão sanitária, como o caso da febre aftosa, que é uma doença porcaria, mas se não conseguirmos controlar sequer essa doença, ficará sinalizada a falta de controle por parte do Ministério da Agricultura e isso é um mal sinal para os países importadores”, afirma.

Ele enumera ainda outros desafios como a questão da tributação e da Lei Kandir. “Algumas mentes iluminadas querem voltar a tributar as exportações do setor”, critica. O dirigente chama a atenção ainda para uma visita que uma missão chinesa fez no final do ano passado ao Brasil para visitar/inspecionar seis plantas industriais. O relatório dessa auditoria, segundo ele, foi entregue há poucos dias. “E por que falamos tanto da China? É que ela é o nosso grande eldorado. Mas das 16 plantas



industriais que exportam para lá, apenas três são de grupos brasileiros. Então temos que democratizar essas exportações”, comenta.

Ele afirma que irá integrar a comitiva oficial da Ministra da Agricultura em missão à China e pedir maior participação de frigoríficos nacionais nas exportações. Salazar chama a atenção ainda para o fato de que muitas vezes o próprio Ministério da Agricultura atrapalha as exportações. “Muitas vezes o produtor não sabe que isso acontece. Por exemplo, os miúdos bovinos, que não tem mercado no Brasil, tem grande aceitação na China, principalmente em Hong Kong. Mas as dificuldades impostas pelos Ministério da Agricultura muitas vezes são maiores do que as impostas pelos próprios importadores”, afirma.

O dirigente também alerta sobre a importância de se debater a questão da suspensão ou não da exigência da vacinação contra a febre aftosa. “Já que estamos no mesmo barco, que tenhamos então capacidade de discutir o tema frente a frente, sobre o que seria melhor para o setor. Conclamamos que se conscientize as autoridades do Estado para que haja uma discussão profunda sobre se devemos ou não retirar a exigência da vacina contra aftosa”, finaliza.

MARCELLO BRITO | PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRONEGÓCIO – ABAG

O presidente da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), Marcello Brito, inicia sua participação citando uma frase do primeiro ministro do Reino Unido, Winston Churchill (1874-1965), que dizia “é necessária muita coragem para levantar e falar, mas é preciso muito mais coragem para sentar e ouvir”, ao se lamentar o esvaziamento da plateia depois que a ministra Teresa Cristina se retirou. Depois explica que a ABAG é uma associação transversal do setor agropecuário, que não representa um produto específico. Afirma ainda que sua intenção era deixar percepções que levam a estratégias e analisar qual a estratégia do agronegócio brasileiro para os próximos 30 anos. Para uma nova geração. Segundo ele, o que foi feito nos últimos 30 anos não se replicará por conta das novas tecnologias e do perfil de consumo completamente diferente.

Ele observa que quando os representantes do setor do Agronegócio brasileiro falam para o próprio setor, carregam seus discursos com emoção, levantam a voz, mas isso não é traduzido em fatos. “Assim criamos uma grandeza que talvez seja ruim para o próprio setor”, afirma. Ele sugeriu que os participantes do Fórum fizessem de conta que fossem consumidores, representantes de países importadores, pessoas que estudam o setor e estão atentas com o que acontecem no agro brasileiro. E que diante dessa plateia, os palestrantes do Fórum afirmam que o agro brasileiro tem orgulho de ser o maior preservador do meio



ambiente, que o Brasil é o maior conservador do Mundo. E diante dessas afirmações, alguém da plateia, se levantaria e diria: ‘o senhor deve estar enganado! O Brasil lidera o ranking de desmatamento do mundo há décadas’. “Então, que dicotomia é essa? Como podemos ser o maior preservador, se somos o maior devastador do meio ambiente do mundo?”, questiona Brito.

Segundo ele, isso não é uma percepção pessoal dele, mas sim um fato real, medido por imagens de satélite. “Isso é um problema sério do Brasil, do agro, da grilagem, da exploração de madeira, da pecuária e da agricultura! É um problema da nossa falta de estratégia”, afirma. O dirigente questiona qual a percepção que queremos passar aos compradores da produção brasileira. “Qual é, na Teoria dos Estoques, a nossa estratégia? Vejam bem, nós ganhamos dinheiro e guardamos para nossas necessidades, na nossa vida tudo que produzimos fazemos estoques. Mas na visão do agro antigo, nós queremos utilizar 100% de nossas áreas, sem guardar absolutamente nada”, compara. E assim, segundo ele, os próprios produtores jogam os preços de seus produtos para baixo.

Brito afirma que os produtores não têm pactos ambientais, e que quando precisarem, não poderão negociar o que “temos de mais importante que é a terra, o sol e a água, pois já teremos consumido tudo. Poxa vida, que ignorância estratégica é essa, meus amigos. Vamos equilibrar, vamos ser inteligentes na administração de nossos recursos e ganhar dinheiro com isso”, alerta. “Isso é um problema sério do Brasil, do agro, da grilagem,



da exploração de madeira, da pecuária e da agricultura! É um problema da nossa falta de estratégia”, afirma.

O presidente da ABAG observa que o Brasil atualmente tem uma “belíssima dependência” da China e trouxe a informação de que a empresa chinesa que controla 50% do mercado de óleos vegetais e também a segunda colocada neste ranking naquele país têm compromissos internacionais com a sustentabilidade. As duas juntas, segundo Brito, produzem 40 milhões de toneladas de óleo vegetal na China, contra os 10 milhões produzidos no Brasil. “Nós estamos levando isso (sustentabilidade praticada na China) isso ao fazermos o mapeamento do uso do solo nos próximos 10 anos? Não, não estamos!”, salienta o dirigente. A cadeia do agronegócio brasileiro de dentro porteira até a indústria, segundo Brito, movimentava US\$ 500 milhões, enquanto em nível mundial, o agronegócio gira US\$ 17 trilhões! “Então vejam que não somos tão grandes assim. Não representamos nem 5% do agro mundial”, comenta.

Brito afirma que o plano estratégico do agro brasileiro precisa ser diferente, pois nos próximos 30 anos, as 238 entidades que representam o setor no Brasil, ao falarem em agregação de valor deverão também falar sobre quais são as estratégias para redução de desperdícios, qual estratégia para dar a percepção correta em cima de fatos corretos aos nossos consumidores. “O Brasil tem condição de ser o País mais sustentável do Mundo, mas precisa mostrar, não adianta chegar em um evento do agro e falar para nós mesmos que somos a última bolacha do pacote. Temos que mostrar para nossos consumidores lá fora o que se faz

aqui. E aqui, quem faz uma cadeia rastreada está se dando muito bem já”, comenta.

Brito observa que uma empresa da Inglaterra, a Mintel, que mede a percepção dos consumidores concluiu que 50% dos consumidores da Europa querem saber a origem do produto que consomem. O dirigente questiona se os produtores brasileiros estão preparados para fazer essa rastreabilidade, se a sanidade animal e vegetal no Brasil hoje permitiria isso. “Vamos esquecer então o termo sustentabilidade e adotarmos a antiga responsabilidade. Ao criarmos uma cadeia responsável da base da produção ao final, ninguém segura o Brasil. Mas enquanto formos o país que mais desmata no mundo esse fato jogará contra nós”, afirma.

Ele salienta que os países concorrente vão jogar isso contra o Brasil na hora de negociar. Ele observa que a própria China juntamente com a Índia são os maiores reflorestadores do mundo. “Sabia que o mundo está mais verde do que há 20 anos por causa desses dois países? E vocês acham que esses dois países monstruosos, com milhões de consumidores, que estão fazendo seu dever de casa não vão usar isso contra nós na hora de negociar”, alerta.

O presidente da Abag salienta que o mundo está mudando e que caminhamos para, talvez, um momento em que oferta e demanda não sejam mais balizadores do mercado. Mas sim acordos geopolíticos, principalmente os plurilaterais. “Temos que estar preparados para termos essa mudança mais estratégica de longo prazo do que esses últimos 30 anos. O desafio é enorme, mas temos certeza que tiraremos de letra pois temos competência para isso”, finaliza.

**LUCIANO VACARI – DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS PRODUTORES DE SEMENTES DE SOJA (ABRASS)**

O diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Abrass), Luciano Vacari, inicia sua participação do Fórum afirmando que o “Brasil não quebra graças ao agronegócio e aos sucessivos superávits proporcionados pelo setor”. Ele destaca ainda que quando se fala em agronegócio ainda se enxerga a agropecuária de ponta, das grandes propriedades. “E nos esquecemos da agricultura familiar, do pequeno agricultor, da agricultura de pequena escala”, salienta.

Vacari observa que os integrantes do Fórum buscam através das discussões apresentadas no evento contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Segundo ele, os governos perderam sua capacidade de prover, e que está na hora de a sociedade civil organizada, por meio das associações e sindicatos, dar sua contribuição. “Trazer produtores para participar de eventos como esse, levando informações para produtores, só assim conseguiremos melhorar e manter nossa produção com todo esse superávit”, afirma.

O painelistas observa que quando se fala em insegurança jurídica, tributação, problemas políticos, superávit, guerras comerciais, fala-se de temas que afetam o agronegócio. “Se dividirmos isso entre o dentro da porteira e o fora da porteira, a gente percebe coisas interessantes, como o fato de que há 10 anos abatia-se gado com média de 16 arrobas e hoje



abatemos com 18,5 arrobas. A produtividade de soja também aumenta muito nos últimos 10 anos, saltando dos 40 sacos/ha para os cerca de 60 sacos/ha”, comenta.

Ele fala desses números para justificar o fato de que a tecnologia disponível atualmente é das melhores, mas que o problema está do lado de fora da porteira. “Tem um monte de gente que não faz nada e que atrapalha muito”, observa. As dificuldades impostas, segundo ele, atrapalham o setor na hora de acessar o mercado, ao retirar renda produtor por causa dos problemas de logística, renda que, segundo ele, poderia ser reinvestida no próprio setor e gerar mais empregos. Ele afirma que o momento exige a busca de libertar um grande negócio como o agro e impedir que fique sujeito a regras de mercado. “O setor tem regras excessivas. Quando as colocamos na mesa, começam a aparecer regras comerciais disfarçadas de barreiras sanitárias”, diz. Ele afirma que essas regras também limitam o acesso à tecnologia, por falta de regulamentação ou por “falta de coragem de regulamentá-las”. Ele defendeu que o setor precisa ocupar mais seus espaços na sociedade e cobrar as reformas necessárias.

Vacari lembra que há muito não se via uma mobilização popular em torno de uma reforma como a da Previdência. “E ela (discussão da reforma) não começou agora, mas há muito tempo, mas não havia esse mesmo engajamento”, observa. Para ele, se essa reforma não for aprovada, não haverá agronegócio que sustente o País por muito mais tempo.

O presidente da Abrass afirma ainda que o setor precisa cobrar de seus representantes uma responsabilidade fiscal, previdenciária, política e



regras claras. “Não podemos ser surpreendidos a cada ano com uma brincadeira como essa do Funrural que trouxe uma dívida de R\$ 17 bilhões! Não podemos ver um governo como o do Mato Grosso, que tem 73% de seu PIB originado do agronegócio, defender o fim da Lei Kandir”, afirma.

Mas, segundo ele, o setor também precisa “fazer nossa mea culpa”, pois acredita que acostumaram mal os governos anteriores. “Eles olham para a gente e pensam que precisam cobrar mais do que já cobram pois estamos conseguindo sucessivos superávits, mas não exerçam que esse resultado vem junto com o aumento do custo de produção e que não houve melhoria na renda”, afirma. Para ele, essas mudanças não virão do governo, mas da mobilização dos produtores que precisam, segundo ele, cobrar mais eficiência e compromisso dos governantes.

PAINEL 3 - A LÓGICA PARA A INFRAESTRUTURA E A LOGÍSTICA

MEDIADOR: FERNANDO LOPES | EDITOR DE AGRONEGÓCIOS DO VALOR ECONÔMICO

Devido ao adiantado da hora, o mediador Fernando Lopes se absteve de falar e chamou o primeiro painelista.

RICARDO THOMÉ – GERENTE CADASTRO DE ARMAZÉNS NA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB

Para o gerente de Cadastro de Armazéns na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Ricardo Thomé, nem mesmo com uma logística de transporte com modais variados e mais baratos garantiria o fim dos problemas da produção agrícola sem que haja estrutura adequada de armazenagem de grãos na origem e no destino.

Ele afirma em sua apresentação que a capacidade estática de armazenamento do Brasil está em torno de 166 milhões de toneladas de grãos, frente à uma produção de cerca de 235 milhões de toneladas, o que representa uma defasagem de cerca de 70 milhões. “Só conseguimos armazenar 70% do que produzimos”, afirma.

O gerente observa que o setor ainda conta com a sorte, afinal a maior parte da colheita de milho e soja é exportada assim que é colhida, o que evita que o País tenha grandes problemas com sua falta de capacidade

para armazenar sua produção. Aliado a isso, destaca ele, está a sazonalidade da produção do milho e da soja. Mas mesmo assim, ele diz que a situação no Brasil é preocupante quando se comparar a capacidade de armazenagem interna com os principais países competidores.

Ele afirma que, no Brasil, a capacidade de armazenagem nas propriedades rurais nunca ultrapassa os 15%, enquanto nos Estados Unidos, fica em torno de 55% e 60%, no Canadá chega a 80% em algumas regiões e na Argentina varia entre 40% e 45%. Isso, segundo ele, é um dos principais problemas em nível de propriedade rural no Brasil. “É a mesma coisa do pecuarista que não tem curral. O produtor ficar refém de quem explora essa atividade. O produtor que não tem armazéns em sua propriedade vai delegar a um terceiro a administração de sua produção. Isso é uma grande desvantagem na hora de comercializar. Se tivesse seu produto em seu próprio armazém teria maior poder de negociação, conseguindo melhores preços”, analisou.

Além da questão da defasagem de armazéns, Thomé apresentou alguns números que afetam o setor agro, como a questão dos modais de transporte. Segundo ele, o Paraná é o Estado brasileiro com maior percentual de suas ferrovias ligadas a unidades armazenadoras: 31%. O acesso hidroviário às zonas armazenadoras no Brasil é de apenas 6%. Outro problema logístico apresentado por Thomé se refere às estradas vicinais. Ele afirma que a manutenção dessas vias são essenciais para todo o processo produtivo e que é preciso garantir a trafegabilidade durante todo o ano. “No Brasil temos 1,436 milhão de rodovias, sendo que 86% delas não são pavimentadas”, salienta.



Aliado à falta de estrutura de armazenamento nas propriedades e à questão das estradas vicinais, Thomé ressalta a importância de eletrificação rural. “São três temas urgentes”, afirma. Ele acredita que a oferta de financiamento por parte do governo possa reverter essas situações. “E o Fórum é competente para levar essas questões para o governo e cobrar soluções dos municípios e estados”, afirma.

EDEON VAZ | DIRETOR DO MOVIMENTO PRÓ LOGÍSTICA - APROSOJA

O diretor do Movimento Pró-logística da Aprosoja, Edeon Vaz, trouxe em sua apresentação uma série de números sobre a questão logística que afeta o agronegócio. O painelistas informa que a região acima do paralelo 16 em direção ao Norte do País responde com 62,3% de toda produção de soja e milho no Brasil. Segundo ele, a região consome cerca de 26 milhões de toneladas desses grãos, e o restante é exportado, sendo que 32,5 milhões via Arco Norte e o excedente pelos portos de Santos, Paranaguá e São Francisco do Sul. O que, observa ele, encarece o custo do transporte, uma vez que maior parte é feita por caminhões.

Vaz diz que, se considerarmos que Sorriso (MT) está a 2,080 km de Santo (SP), o custo do transporte de uma tonelada de soja é de US\$ 88,00, que somados ao transporte marítimo até a China, que fica em US\$ 23,00/tonelada, o custo total do transporte da soja fica em US\$ 111,00/tonelada. Já nos Estados Unidos, continua ele, o transporte da soja até o porto custa US\$ 20,00 e o custo até a China fica em US\$36,00,



totalizando US\$ 56,00/tonelada. “Essa diferença é o grande problema do Brasil”, afirma.

O especialista observa, no entanto, que os EUA contam com uma rede ferroviária ativa com 220 mil quilômetros, enquanto o Brasil possui apenas 30 mil quilômetros, sendo que apenas 12,5 mil km estão operantes. Vaz também destaca o fato que nos EUA a hidrovía é bem disciplinada, enquanto no Brasil “mal temos a hidrovía Tietê-Paraná, pois os rios Tapajós e Madeira não são uma hidrovía construída, já eram rios navegáveis”, comenta.

Segundo ele, o desafio é muito grande, pois a produção é crescente. Ele ilustra com o fato de que o Mato Grosso colheu em 2017 60 milhões de toneladas de soja e milho e que a previsão é que em 2029 a produção alcance 104 milhões de toneladas. “Temos muito o que fazer, mas com pouco”, afirma. Ele observa que é possível visualizar o crescimento do escoamento da safra pelos portos do Nordeste, que já atingiram 32,5 milhões de toneladas, enquanto os do Sul e Sudeste embarcaram 86 milhões de toneladas de grãos.

Segundo ele, fora a questão dos altos valores dos pedágios no Paraná, a região Sul e Sudeste não apresentam graves problemas. A dificuldade, segundo ele, está concentrada mais no Centro e Norte do País, com várias obras que ainda precisam ser realizadas em ferrovias, hidrovias, rodovias e portos.

LUIZ HENRIQUE DIVIDINO – CONSULTOR INTERNACIONAL PARA LOGÍSTICA PORTUÁRIA COM ÊNFASE NO SEGMENTO DE COMMODITIES

O consultor internacional para Logística Portuária com Ênfase no Segmento de Commodities, Luiz Henrique Dividino diz que começaria sua fala com uma provocação e afirma: “Costumo dizer que a logística nunca foi tão boa como é hoje no mundo. Na verdade começamos a falar de globalização no século 15, quando começamos a dominar o mar”, diz.

Ele seguiu conceituando logística, que segundo ele, são os meios, como caminhões, vagões, a rastreabilidade, planejamento, previsibilidade. “O que nos falta é a infraestrutura”, comenta. Segundo ele, o Brasil ocupava em 2018 a 90ª posição em logística em nível mundial. “Temos as maiores operadoras de logística, os maiores tradings, os maiores compradores. O problema é que aqui tudo é muito caro, fora do eixo, estamos desconectados”, diz.

Ele observa que a história da ferrovia começou entre 1830 e 1860, e que em 130 anos o setor se modernizou no resto do mundo, mas no Brasil não. “Por isso, um comboio parte do Norte do Paraná leva sete dias para chegar em Paranaguá. Temos problemas grandes de engenharia, isso é para a gente pensar”, comenta. Outro ponto assinalado pelo painelistas é o fato de que quando se fala em investir em ferrovias no Brasil, parece ser impossível. “A que foi inaugurada mais recentemente começou há 30 anos atrás. Nos últimos 10 anos a China construiu 45 mil quilômetros de ferrovias, com investimentos de US\$ 1 trilhão”, compara.

O objetivo dos chineses, segundo o painalista, era que o transporte ferroviário que em 2008 representava 8% da matriz do transporte de cargas, chegasse a 30% em 2020. “Esses 45 mil km na China são muito ou pouco? Em todo o mundo ocidental, nos últimos 50 anos construiu-se 50 mil km de ferrovias”, compara.

Segundo ele, no Paraná foram construídos 260 km entre 1990/1994, mas que o mais importante não é a quilometragem, se sim o PIB do Estado, que na época era de R\$ 34 bilhões e hoje chega a R\$ 430 bilhões. “E não conseguimos sequer implantar um projeto de engenharia”, comenta.

Todos os investimentos realizados no Brasil nos últimos 20 anos aconteceram, mas segundo o painalista, não resolveram os problemas. “Em termos de rodovias ninguém é mais competitivo do que o Brasil. Se formos tentar melhorar a situação dessa matriz, fizer tudo o que for possível para isso, melhoramos apenas 5%”, avalia.

Segundo ele, o governo construiu nos últimos 20 anos 20 mil km de rodovias. “Foi importante. Para se ter uma ideia, para vir de Curitiba a Londrina era necessário vir com dois estepes, para Paranaguá três estepes. Ninguém andava”, comenta. Para ele, o problema é o custo em relação ao investimento.

Ele afirma que os Estados são grandes departamentos de Recursos Humanos, que fazem, fazem, e nunca têm dinheiro para nada. “Só um detalhe: os últimos anos foram no entanto os melhores tempos da história do mundo. Mas se nos melhores tempos do mundo não



conseguimos melhorar nossas vidas, temos que repensar. Agora saímos do buraco da Dilma”, comenta.

Ele observa que ainda não entende como ainda tem gente que defende a construção de uma estrada de ferro “furando a cordilheira dos Andes”. “A história do mundo terá mudado e ainda não teremos recuperado os investimentos. Isso é perder o juízo total. O pay back dessa estrada será de 358 anos. Não podemos continuar discutindo essas coisas”, afirma. Ele defendeu ainda que o país precisa saber o que quer e que a pauta do governo está nas redes sociais. “Por que então não dividir um pouco dos temas políticos tratados nas redes sociais com um pouco de economia”, sugere.

**LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA | PRESIDENTE DA ADMINISTRAÇÃO
DOS PORTOS DO PARANÁ – APPA**

O presidente da Administração dos Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva, diz que, por determinação do governador Ratinho Júnior, o Porto entendeu que precisa ir ao cliente e não pode mais ficar fechado em si, esperando apenas que a carga venha até ele. “O porto pode contribuir na melhoria da cadeia e é nesse ponto que a gente trabalha. Escutamos muito os clientes, temos hoje um grande programa de investimentos que a gente precisa dividir com a sociedade. É importante para o conhecimento dos senhores, das empresas que utilizam o Porto de Paranaguá, porque há uma atratividade logística. Hoje, daqui de Londrina,

nós temos uma vantagem de quilômetros. São cerca de 150 quilômetros a menos que a distância para o Porto de Santos, o maior da América Latina. Mas, a partir do momento, que o Porto de Paranaguá e de Antonina se tornarem menos atrativo logisticamente, ou seja, com a majoração de custos e não muito adequado às reais necessidades que os produtores hoje têm, todos vão migrar para o porto de Santos”, diz.

Segundo ele, a “interlândia” - consiste em uma zona de influência terrestre que cada porto possui – dos Portos do Paraná, ou seja, é pequena, já que do Porto de Santos para o de Paranaguá, são quatro horas de navegação. “Mas temos também os nossos concorrentes do Sul: os portos de Santa Catarina que, em algum momento, tiveram ascensão de governos anteriores que ajudaram no desenvolvimento dos portos de lá. E hoje, por incrível que pareça, cargas do Paraná ainda são escoadas pelos portos de Santa Catarina”, afirma.

Segundo ele, uma questão que o governo vai debater é a questão do ICMS, para ajudar nessa questão. “Os 9 mil containers de importação, que tiveram como objetivo o Estado do Paraná, no ano passado, por incrível que pareça 7 mil deles entraram pelos Portos em Santa Catarina. Por uma questão tributária. O governo já está ciente e um trabalho que envolve uma massa maior, será comandado pelo governador Ratinho Junior. Isso é só um exemplo de um dos desafios que os portos tem que enfrentar”, explica.

De acordo com o presidente do APP, grandes marcas foram mudadas na administração dos Portos, que deixou de pagar 9 mil horas extras por mês para 50 horas extras por ano. “Mas o que tem a ver isso com a logística?



Isso pode interferir na tarifa portuária; bem ou mal, uma agência reguladora olha o seu custo de pessoal e embuti isso na tarifa. Então, se hoje, o Porto de Paranaguá faz 50 horas extras no ano, um reflexo menor, talvez ocorra a possibilidade de não majoração da tarifa Portuária. Isso é parte integrante de um custo logístico, já que todos olham para os portos com a ponta de lápis e é ela que define o porto e qual momento logístico”, explica.

Ele fala rapidamente sobre os investimentos que estão sendo feitos nos Portos do Paraná e que vão contribuir para o incentivo da matriz logística, que está sendo discutida pelo governo do Estado. Segundo ele, a matriz registra entre 20 e 30% do movimento que chega ao Porto, que foram de 530 mil toneladas no ano passado, vem no trânsito da malha Ferroviária e 70-80% pela Matriz rodoviária. “Estudos do Ministério da Infraestrutura apontam que, daqui a 20 anos, o porto poderá saltar para 70 /80 milhões de toneladas e uma matriz dessas, as estradas não suportariam, a cidade não suportaria. Há uma necessidade imperiosa de desenvolvimento de uma matriz Ferroviária”, afirma.

E aponta grandes investimentos em dragagem como um dos motivos para que o porto continue sendo competitivo. “A baía tem um assoreamento em torno de 3 milhões de metros cúbicos de sedimentos ao ano, há uma necessidade de uma dragagem mais constante e permanente. O porto de Paranaguá tem um contrato de R\$ 400 milhões para cinco anos. Tanto é que o Porto de Paranaguá recebeu um prêmio que iguala o custo do frete marítimo ao porto de Santos. Então, no momento que um dono de navio, escolhe o Porto de Paranaguá, em nada ele perde em custo Logístico e em



custo do frete marítimo para o porto de Santos, por conta do reconhecimento dessa eficiência em dragagem e obra de infraestrutura”, diz.

Segundo ele, também estão sendo arrendadas novas áreas com investimentos, principalmente, em novos berços de atracação. Na parte terrestre, as empresas privadas, hoje atuantes no Porto de Paranaguá, ao longo dos anos vieram se organizando e investindo em melhorias. “Cabe aos Portos de Paranaguá e Antonina continuar com esse desenvolvimento na malha rodoviária e oferecer condição de acesso benéfica com menor impacto no custo Logístico, além de oferecer condições também de chegada daquela fila que ninguém não vê: as filas dos navios”, explica. E conta que, em determinado período, havia um período de 60 dias para um navio atracar. “O que é um absurdo, é uma fila invisível que só quem está lá está enxerga, mas reflexo disso foram multas com valores impressionantes ao ano”, lembra.

Segundo ele, o governador Ratinho Junior passou a missão conversar abertamente com toda comunidade, e não só aqueles que operam com as cargas no porto e aqueles que buscam por importação. “Basicamente era isso que eu tinha que falar. Agradeço a todos e uma boa noite”.



ENCERRAMENTO

Anexo:

Pergunta a Ricardo Amorim sobre o Fórum:

“Como você avalia esse Fórum, Ricardo?”

Resposta:

“Foi interessantíssimo. É muito importante a gente discutir como melhorar o que hoje não funciona tão bem. E eu acho que isso daqui gera exatamente um ambiente de discussão, trocas de ideia e propostas concretas para tornar o agro brasileiro ainda mais forte.”